

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 01/07/2020	Caderno: Economia



GOVERNO PRORROGA PRAZO DE RECURSOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS



admin 1 Julho, 2020

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 15 de julho, a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do decreto nº 19.794. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. O prazo anterior de suspensão terminava dia 30 de junho.

Como medida complementar, o Conselho de Fazenda Estadual (Consef), órgão ligado à Sefaz-BA que tem o papel de julgar, em âmbito administrativo, processos que envolvam os três tributos de competência estadual (ICMS, IPVA e ITD), está oferecendo aos contribuintes a opção de enviarem seus recursos por e-mail. O endereço eletrônico é recursosconsef@sefaz.ba.gov.br. “Mesmo com os prazos suspensos, alguns advogados e contribuintes querem encaminhar os recursos, por isso o e-mail foi disponibilizado. É uma opção, mas é possível entregar depois de restabelecidos os prazos sem nenhum tipo de prejuízo”, explica Rubens Bezerra, presidente do Conselho.

As duas medidas, de prorrogação do prazo de entrega dos recursos e de disponibilização do e-mail, fazem parte da estratégia do governo baiano para combater a disseminação do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, e ocorreu a migração dos serviços para o ambiente virtual.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

01/07/2020 16:30

Governo prorroga prazo de recursos dos processos administrativos fiscais para dia 15

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 15 de julho, a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA). A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do decreto nº 19.794. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. O prazo anterior de suspensão terminava dia 30 de junho.

Como medida complementar, o Conselho de Fazenda Estadual (Consef), órgão ligado à Sefaz-BA que tem o papel de julgar, em âmbito administrativo, processos que envolvam os três tributos de competência estadual (ICMS, IPVA e IT D), está oferecendo aos contribuintes a opção de enviarem seus recursos por e-mail. O endereço eletrônico é recursosconsef@sefaz.ba.gov.br.

"Mesmo com os prazos suspensos, alguns advogados e contribuintes querem encaminhar os recursos, por isso o e-mail foi disponibilizado. É uma opção, mas é possível entregar depois de restabelecidos os prazos sem nenhum tipo de prejuízo", explica Rubens Bezerra, presidente do Conselho.

As duas medidas, de prorrogação do prazo de entrega dos recursos e de disponibilização do e-mail, fazem parte da estratégia do governo baiano para combater a disseminação do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, e ocorreu a migração dos serviços para o ambiente virtual.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Serviços no site

A Sefaz-BA agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da [página da secretaria](#), que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone 'Carta de Serviços ao Cidadão', na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado 'COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes'.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Rádio 100 (100,7 FM Salvador)	
Data: 01/07/2020	Programa: Direto ao Ponto
Assunto: Entrevista com o secretário Manoel Vitória.	

Data: 01/07/2020

Hora: 09:40:42

Duração: 00:19:02

Emissora: RÁDIO 100,7 FM Salvador

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): Igor Guimarães

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Entrevista com o **secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitória**. Assunto: situação financeira do Estado com a pandemia, arrecadação, entre outros.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 01/07/2020	Caderno: Economia

A TARDE

Qua , 01/07/2020 às 00:00

Produção brasileira de petróleo cresceu 7,8% em 2019

PR Newswire

RIO DE JANEIRO, 30 June 2020 /PRNewswire Policy/

A produção brasileira de petróleo cresceu 7,8% em 2019, atingindo a marca de 2,8 milhões de barris/dia. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o aumento foi liderado pela oferta de petróleo do pré-sal, que alcançou média de 1,7 milhão de barris/dia no ano, o que correspondeu a cerca de 62,3% da produção do país.

A produção de gás natural subiu 9,5% em 2019, marcando o décimo ano consecutivo de aumento, e atingindo 123 milhões de metros cúbicos/dia. Na área do pré-sal, a produção de gás natural manteve o aumento de sua participação no total nacional, correspondente a 57,9%.

Em nível mundial, a produção de petróleo foi liderada pelos Estados Unidos, com 17,045 milhões de barris diários, elevação de 10,97% em relação a 2018. Em seguida, aparecem Arábia Saudita, com produção de 11,832 milhões de barris e queda de 3,50%; e Rússia, com 11,540 milhões de barris/dia, aumento de 0,89% frente o ano anterior.

Os dados constam do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2020, que traz a evolução do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis em 2019, no Brasil e no mundo. O anuário foi publicado hoje (30) pela ANP em seu portal.

Biocombustíveis

No setor de biocombustíveis, a produção de biodiesel superou em 10,3% o total registrado no ano de 2018 devido, principalmente, ao aumento do teor de mistura no óleo diesel de 10% para 11%. Já a produção de etanol foi 6,9% superior à de 2018, atingindo a marca histórica de 35,3 bilhões de litros. Como resultado do aumento da produção, as vendas de etanol hidratado cresceram 16,3% em 2019, face à maior competitividade dos preços desse combustível em relação à gasolina C.

Devido ao aumento da produção doméstica, as exportações de petróleo alcançaram no ano passado o maior valor da série histórica: 1,2 milhão de barris/dia, aumento anual de 4,4%. Já as importações de petróleo cresceram apenas 1,7%, de acordo com a ANP.

A produção nacional de derivados mostrou estabilidade em 2019, alcançando 1,8 milhão de barris/dia, equivalente a 76,5% da capacidade instalada de refino. As vendas de derivados pelas distribuidoras, por sua vez, evoluíram 0,7%, destacando as vendas de óleo diesel, com alta de 3%.

Licitações

As rodadas de licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás no Brasil foram outro destaque no ano passado, segundo a ANP. A 16ª Rodada de Licitações sob o regime de concessão, realizada em outubro de 2019, arrecadou em bônus de assinatura mais de R\$ 8,9 bilhões, enquanto a 6ª Rodada de Partilha e a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa arrecadaram juntas cerca de R\$ 75 bilhões. A ANP realizou ainda no ano passado o 1º Ciclo da Oferta Permanente, cuja arrecadação atingiu R\$ 22,3 milhões em bônus de assinatura.

Em 2019, o volume de obrigações da cláusula dos contratos de concessão, partilha e cessão onerosa, relativas aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) atingiu R\$ 1,9 bilhão. Já o montante gerado de participações governamentais somou R\$ 56 bilhões em 2019, crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior.

Os quadros, tabelas, gráficos, cartogramas e textos serão publicados posteriormente no Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2020 e podem ser consultados na página da ANP.

Gasoduto Caburé

Também hoje (30), a ANP publicou no Diário Oficial da União (DOU), autorização definitiva para operação, pela Alvopectro, do Gasoduto Caburé, integrante do sistema de escoamento da produção da área individualizada formada pelos campos de Cardeal do Nordeste, Cardeal do Nordeste Leste, Caburé e Caburé Leste, na Bacia do Recôncavo, Bahia. Os dois primeiros campos são operados pela Imetame, que é operadora da área individualizada, e os dois últimos, pela Alvopectro.

Segundo a ANP, trata-se de uma solução inovadora para aproveitamento do gás, porque há duas formas de escoamento a partir da mesma área individualizada, que funciona de forma similar a um campo. A primeira, já em operação, vai até a Usina Termelétrica (UTE) Prosperidade 1, localizada em Camaçari, e a segunda, que deve entrar em operação amanhã (1º), vai até o gasoduto a ser operado pela Alvopectro, seguindo até a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) Caburé, em Mata de São João, também operada por essa empresa.

Após o processamento na UPGN, o gás será comercializado com a Companhia de Gás da Bahia (Bahiagás). De acordo com a ANP, o gasoduto aumentará bastante a capacidade de escoamento do gás produzido na área individualizada. Até hoje, a maior média mensal escoada foi de 140 mil metros cúbicos por dia (m³/d) para a UTE, e o contrato entre Alvopectro e Bahiagás garante fornecimento de 300 mil m³/d, triplicando o aproveitamento de gás da área.

A UPGN será a primeira unidade a ser operada por uma empresa fora do grupo Petrobras. A ANP entende que isso poderá contribuir para iniciar a descentralização do mercado de processamento de gás natural. Além disso, o início do escoamento de gás para a UPGN é relevante para a região da Bacia do Recôncavo. A média de gás disponibilizado para a bacia em 2020, segundo os Boletins Mensais da Produção da ANP, é de 1.170 mil m³/d por dia. A vazão de gás a ser escoada pelo novo gasoduto corresponde, portanto, a um aumento de 25% no gás disponibilizado na bacia.

Fonte: Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

COVID-19 Intervenção irá durar sete dias com o intuito de reduzir a incidência de contaminação

AÇÕES DE RESTRIÇÃO CHEGAM NO CENTRO DA CAPITAL HOJE

DA REDAÇÃO

Novas ações de restrição no centro da cidade serão adotadas a partir de hoje, pelo período de sete dias. Durante a intervenção, além do fechamento do comércio, a Avenida Joana Angélica e o Largo do Dois de Julho terão o tráfego de veículos interditado, das 7h às 19h. A ação foi anunciada, ontem, durante a inauguração de um gripário em Paripe.

Serão instaladas barreiras de fiscalização por agentes da Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador). Os bloqueios estarão nos acessos às avenidas Sete de Setembro e Joana Angélica, com a circulação restrita apenas a moradores.

A Avenida Sete de Setembro será interditada no cruzamento com a rua Horácio

da Mouraria, nas proximidades do Colégio Central; e na Rua da Mangueira, próximo ao Campo da Pólvora.

Já no Dois de Julho, haverá barreiras fixas em dois pontos, no acesso ao Largo pela Rua Carlos Gomes, e na saída, pela Rua da Faisca. Os moradores que precisarem acessar o local terá como opção a Ladeira do Gabriel. Os ônibus, os veículos de assistência médica domiciliar e de entrega continuarão circulando pelos locais.

Gripário

Mais uma estrutura provisória para atendimento de pessoas com síndromes gripais, principalmente as causadas pelo coronavírus, foi inaugurada no bairro de Paripe, subúrbio ferroviário, anexo à UPA do bairro, na Rua São Luiz. Dez leitos de observa-



Felipe Iruatá / Ag. A TARDE

Além do comércio fechado, serão instaladas barreiras nas vias pela Transalvador

Cesar, imediações do Sebrae, com desvio do tráfego para a Rua Politeama de Cima. Já o acesso à Avenida Joana Angélica será bloqueado por barreiras fixas no acesso à Rua do Paraíso.

As barreiras móveis estarão no cruzamento com a Rua Portão da Piedade, imediações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Rua

ção, dois de estabilização com respiradores, desfibriladores e monitores, e uma sala de medicamentos fazem parte da estrutura, orçada em mais de R\$ 3 milhões.

Com infraestrutura para funcionar sete dias da semana, 24 horas por dia, o centro, além de beneficiar moradores de Paripe e bairros vizinhos, também vai

Tráfego de veículos será interditado, das 7h às 19h na região

atender às demandas vindas de Ilha de Maré.

Na solenidade, o prefeito ACM Neto voltou a reafirmar que não cederá às pressões. Ele garantiu que o processo de retomada das atividades comerciais será definido após análises de índices sobre a doença e será

de forma segura, lenta e gradual. "Só vamos abrir quando for possível. Podem pressionar quanto quiser. Não tenho medo que façam 'buzinação' na frente da minha casa, que jornalista b ou c façam críticas", declarou.

COLABOROU ANDREZZA MOURA

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 02/07/2020	Página: B1

A TARDE
O jornal de toda Bahia

Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

E quando acabar o auxílio emergencial?

E quando acabar o auxílio emergencial, o que milhões de pessoas vão fazer? Vão procurar emprego, naturalmente. Mas procurar emprego onde, se milhares de empresas não resistiram ao isolamento social e fecharam as portas definitivamente? Haverá milhões de pessoas procurando emprego, afinal, segundo o IBGE, pela primeira vez na história mais da metade da população em idade de trabalhar está desempregada. Na Bahia, por exemplo, nove milhões de pessoas, mais de 60% da população, estão recebendo os benditos 600 reais e, em agosto, quando acabar o auxílio emergencial, elas irão às ruas procurar emprego. Mas, após quase quatro meses de quarentena, mais de 60% das micro e pequenas empresas baianas, que geram cerca de 80% do emprego; o sem atividade e, destas, cerca de 50% fecharam suas portas definitivamente. Com as

empresas quebradas, quem vai viabilizar emprego para a população? Muitas destas empresas fecharam exatamente porque são micros e pequenas, não possuíam reserva financeira para sobreviver e não obtiveram crédito nos bancos, que, alheios à pandemia, tornaram-se ainda mais exigentes com os clientes mais vulneráveis. Em Salvador, existem cerca de 270 mil micro e pequenas empresas e empreendedores individuais e 75% delas

são consideradas vulneráveis, segundo o Sebrae. São essas empresas, e os empreendedores individuais que prestam serviços a elas, que estão quebrando e demitindo trabalhadores. Salvador já registra a 2ª maior taxa de desemprego entre as capitais, e milhares de soteropolitanos estão sobrevivendo com os 600 reais do auxílio emergencial, além dos R\$ 270 que a prefeitura oferece a 20 mil pessoas. Mas isso vai acabar, e toda essa

população vai voltar ao mercado de trabalho. Por isso, é fundamental que governo e prefeitura estabeleçam um plano imediato de retomada da atividade econômica, para evitar que outras empresas saiam do mercado e que novas empresas possam surgir. E esse plano deve incluir o apoio ao microempresário, que terá de arcar com os custos que a retomada sob novas condições sanitárias vai exigir. O governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto, que demonstraram competência no enfrentamento da pandemia e assim pouparam a vida de muitos baianos, precisam demonstrar a mesma competência na apresentação de um plano seguro e monitorado de retomada das atividades econômicas, para assim preservar a sobrevivência de milhões de baianos que, sem emprego e sem auxílio emergencial, vão estar em breve nas ruas das nossas cidades.

Na Bahia, por exemplo, 9 milhões de pessoas [...] estão recebendo os benditos 600 reais

Isso [auxílio] vai acabar e toda essa população vai voltar ao mercado de trabalho

O padrão da Covid

Na Europa e em cidades como Nova York, o enfrentamento à Covid-19 se deu através de um lockdown imediato, já em pleno pico de casos. O resultado foi um número elevado de mortes, mas a retomada foi rápida, em cerca de dois meses. Em outros locais, o enfrentamento se deu através de um isolamento mitigado, antes do pico de casos e mortes, de modo a

achatar a curva enquanto se providenciavam mais leitos. A estratégia foi um sucesso e poupou muitas vidas, mas o efeito colateral foi o prolongamento indefinido do isolamento. Há ainda locais que adotaram o negacionismo e aqueles em que se abre e fecha a economia como se muda de camisa. É pior cenário: muitas vidas se perdem e o isolamento se prolonga.

O Sebrae e a Covid

Segundo o superintendente do Sebrae-BA, Jorge Khoury, o maior problema das micro e pequenas empresas baianas é o crédito. Ele diz que o crédito não está chegando aos pequenos empresários porque os bancos continuam colocando seus interesses em primeiro lugar, exigindo garantias e enorme burocracia. "O que o microempresário precisava era de

um seguro-pandemia", afirma o superintendente. O Sebrae continua buscando soluções para os microempresários e, para isso, lançou esta semana a plataforma digital Sebrae. Khoury diz que as micro e pequenas empresas vão continuar existindo após a pandemia, mas haverá muitas empresas novas, pois grande parte das que existem hoje vai se extinguir.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 02/07/2020	Página: B1

COMBATE À COVID-19

Setor turístico baiano ganha linha de crédito de R\$ 32 mi

DA REDAÇÃO

Uma linha de crédito de R\$ 32 milhões para empresários e profissionais do setor turístico baiano foi anunciada ontem pelo secretário estadual do Turismo, Fausto Franco, e o presidente da Desenbahia, Francisco Miranda. O recurso contempla três linhas de apoio: investimento, aquisição e capital de giro.

A iniciativa foi adotada para atenuar os impactos causados pela pandemia. Representantes das entidades de classe do turismo receberam esclarecimentos, exigências e documentos necessários para acessar o crédito.

Com relação ao capital de giro, o prazo é de até 60 meses para pagar, com 12 meses de carência. No caso de investimentos, o prazo pode chegar a 60 meses de carência. A Secretaria do Turismo do Estado (Setur) é responsável pela intermediação entre as instituições com a Desenbahia.



Fábrica da Tidelli em Salvador, que emprega mais de 380 pessoas, manteve funcionários apesar de dificuldades no cenário econômico

Que tal apostar em produtos Made in Bahia?

Economia Setor produtivo aposta no consumo interno para retomar crescimento

Nome da Pessoa

REPORTAGEM

@redabahia/Nanononono

Uma simples escolha do consumidor pode tornar menos sofrido o momento atual da economia baiana, facilitar a retomada da atividade e, conseqüentemente, melhorar a vida de todos. A ideia de estimular o consumo de produtos e serviços feitos na Bahia vem ganhando força entre na iniciativa privada.

Alguns dos mais importantes líderes empresariais do estado acreditam que os baianos – sejam consumidores pessoa física, jurídica ou mesmo do setor público – podem ajudar dar o impulso que as empresas precisam para retomar o fôlego e retribuir com a geração de empregos e renda, além de receitas para o poder público.

Os primeiros dados da atividade econômica após o início da pandemia indicam que toda a ajuda será bem vinda. As vendas do comércio registraram uma queda superior a 30% em abril. A queda na produção industrial foi quase na mesma proporção.

Já em um pouco mais recente, em meados de maio, uma pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) com 84 empresas indicou que mais da metade delas tiveram quedas superiores a 50% no faturamento. O quadro se repetiu em relação ao faturamento.

NECESSIDADE DE UNIÃO

O empresário Carlos Falcão, líder e fundador do grupo empresarial Business Bahia, que reúne 250 gestores em posições de alto comando em empresas que atuam no estado, conta que o grupo chegou à conclusão de que ganhar o

coração, e conseqüentemente a preferência, dos baianos é o melhor caminho para a retomada do crescimento.

“Mesmo antes da pandemia, já vínhamos adotado algumas iniciativas em conjunto. Nosso objetivo fortalecer as relações humanas, gerar negócios e disseminar boas informações”, diz.

Com a expansão do coronavírus no Brasil, o Business Bahia enviou uma carta aberta aos integrantes do Poder Público, com sugestões para o enfrentamento da situação. “Agora, quando se começou a discutir a possibilidade de uma retomada, surgiu a ideia da campanha Made in Bahia pela constatação da necessidade de apoiar as empresas baianas neste processo”.

As manifestações de apoio à campanha já extrapolaram a esfera empresarial e ganharam apoio de instituições como a OAB-Ba, do vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, do vice-prefeito de Salvador, Bruno Reis, além de integrantes do Poder Legislativo municipal, estadual e federal.

A ideia é estimular as pessoas a escolher produtos ou

SAIBA QUEM APOIA

• ENTIDADES

ACB – Associação Comercial da Bahia; ABIH-Ba – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis na Bahia; AJE – Associação de Jovens Empreendedores; Fieb – Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Fecomércio-Ba – Federação do Comércio, Serviços e Turismo da Bahia; LIDE-Ba – Grupo de Líderes Empresariais na Bahia; OAB-Ba – Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia; JR Ufba – Empresa Júnior da Faculdade de Administração da Ufba; e Sebrae – Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa

• EMPRESAS

Arazul Capital; Assai; Arena Fonte Nova; Azimut; Bahia Adviser; Bela Napole; Biomundo; BP Investimentos; BP Money; Bent Business; Brasfrut; Camara Portuguesa BA; Cerimonial Loreto; CLN; Clínica C. Lima; Clivale; Carbonor; Chez Bernard; Conecta; Colégio D. Ribeiro; Construtora Andre Guimarães; Essence Comunicação; Facemp; Fera Palace; Imagem digital; InvestMundi; Intermarítima; JC Decaux; Kordsa Brasil; Grupo Eva; Gelo Garcia; Getin Ace-ladora; GACC; Guebor Toyota; ITMov; Instituto Provida; JA Bahia; La Pre-Fabricados; Limiar; Lumier Iluminação; Lemos Passos; Martagao Gesteira; Nutricash; Natas da Bahama; Occhiali; Omnii Fast; Paramana; Petrobahia; Portal Muita Informação; PQA; Premium Park; Sabin Medicina Diagnóstica; Revisa Ford; Renaforte; Reviver; RP2; Telú; Texto e Cia; Tidelli; Rota 99; Trapiche Adegá; Uranus2; Uza Shoes; Salvador Destination; Sindicombustíveis; Topos Informática; Venturoli; Vitalmed; Winners; X-Testing; Zavao & Oliva; Zoom Imagem

serviços baianos, sempre que isso for possível.

A busca por fortalecer as economias internas deve ser o efeito mais destacado que a pandemia vai provocar na economia global. Durante os momentos mais agudos da crise causada pela expansão do novo coronavírus, o mundo viu notícias de países restando medicamentos e equipamentos necessários ao combate da doença. Isso escancarou a importância de os países fortalecerem suas estruturas produtivas.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, as movimentações em busca de valorização de produtos e serviços locais deve ser vista a partir deste contexto. “É o conceito amplo vindo para o conceito micro, o mundo inteiro deverá revisar suas cadeias produtivas para fortalecer as suas economias internas. Será um dos aprendizados desta pandemia”, acredita.

O presidente da Fieb defende que se vá além das campanhas de conscientização do consumidor. “É importante é que todos estejam engajados no esforço para fortalecer a economia baiana. Não se trata de baírrismo, mas isso faz a economia circular. A indústria deve se esforçar para oferecer produtos mais baratos, o comércio, para diminuir suas margens e o governo, contribuindo como puer”, destaca.

INCERTEZAS E RETOMADA

O início da pandemia foi de incertezas para a Tidelli, indústria baiana que é referência mundial na fabricação de móveis para ambientes externos. O presidente da empresa, Luciano Mandelli, conta que os primeiros momentos da pandemia foram marcados por muitas dúvidas, uma vez que os clientes corporativos do setor hoteleiro representavam uma importante fatia do faturamento. “Essa situação teve um impacto enorme no setor hoteleiro, mas isso foi compensado por uma busca das pessoas por arrumarem as suas casas”, diz. Entre perdas e ganhos, hoje a empresa opera com 70% do que seria o normal.

“Conseguimos passar pelo momento mais difícil sem nenhuma demissão e ainda suspendemos antecipadamente os efeitos da MP que permitia a redução de salários”, diz. Ou seja, os poucos mais de 380 trabalhadores mantiveram seus postos de trabalho.

Para a Tidelli, a campanha de valorização do que é feito na Bahia pode trazer muitos benefícios não apenas para a empresa, como para o conjunto da sociedade. “A crise como um todo trouxe efeitos de protecionismo. As pessoas estão ficando mais isoladas, ficando em comunidades menores e faz todo o sentido que dinamizem os negócios



●● Quando houver uma retomada, empresas na Bahia vão precisar de mais colaboradores e gerar mais empregos. Vão gerar mais impostos **Paulo Cavalcanti Junior**

Diretor da Carbonor e da Paramana



●● As pessoas estão tendo um dissendimento maior o do quanto vale o seu dinheiro e vão perceber que quando investem em negócios daqui isso é bom para todos **Luciano Mandelli**

Presidente da Tidell



●● O Made in Bahia é muito salutar em qualquer tempo e em qualquer época porque é a união de pessoas que estão empreendendo. Sobre tudo no momento de crise e de pandemia **Matheus Oliva**

Diretor da Intermarítima



●● Será muito importante para todos, não apenas para os empresários, que nós consigamos fazer o dinheiro dos baianos circular mais dentro do estado **Ricardo Alban**

Presidente da Fieb



●● Por se tratar de uma campanha voluntária, tem um poder de alcance muito grande. O apelo é muito forte pelo próprio momento de dificuldade **Gabriel Venturolli**

Diretor comercial do Grupo Venturolli



●● É muito importante valorizar os produtos da terra, usar os produtos locais e valorizar esses produtos que são baianos. Isso ajuda a minimizar os efeitos da crise **João Augusto Teixeira**

Diretor-presidente da Kordsa na Bahia



●● O apoio ao Made in Bahia é muito importante para vencer esta crise. O efeito multiplicador da aquisição de produtos e serviços junto à economia baiana é muito relevante **Mário Dantas**

Presidente da Associação Comercial da Bahia



●● Eu vejo a valorização do mercado local como muito importante quando a gente trata dos micro e pequenos empreendedores. É importante a população olhar mais para eles **Reinaldo Portugal**

Diretor da Brasfruit

locais", diz.

O empresário Paulo Cavalcanti Júnior conta que a crise impactou de maneira diferente as empresas do grupo em que ele atua. No caso da Carbonor, maior produtora de bicarbonato de sódio da América Latina, a demanda se manteve elevada. O produto é bastante utilizado para fins medicinais, na indústria de alimentos e para a nutrição animal. "A demanda neste setor não foi impactado pelo vírus. Claro que tivemos que passar a operar com uma série de medidas preventivas", conta.

Por outro lado, a Paramana, que fabrica bebidas destiladas, com oito marcas de cachaaças de alambique e duas de gim enfrentou uma queda de demanda com bares e restaurantes fechados, além da ausência de eventos.

"Estamos vivendo momento econômico difícil, que vai impactar todas as empresas. Se não tiver redução de demanda, pode sofrer com inadimplência. São vários setores impactados e isso mexe com economia como um todo", destaca.

Para Cavalcanti, a retomada se dará de maneira rápida se a confiança do mercado for restabelecida. "A campanha Made in Bahia surge em um momento importantíssimo, para incentivar o consumo de produtos e serviços", acredita. "Comprar produtos baianos, mais do que apoiar o setor produtivo, é apoiar a qualidade de vida de todos".

CONFIANÇA

Sem confiança, ninguém faz nada, ressalta o empresário Matheus Oliva, diretor da Intermarítima. "Sem otimismo não se consome e não empreende. Não existe empreendedor pessimista", lembra. O empresário acredita que está na hora de o baiano olhar para o que se produz aqui com o mesmo orgulho que sente em relação à produção artística. "A Bahia é um celeiro sem igual do ponto de vista cultural, mas não é somente isso. Aqui nasceram grandes empresas, muitas deixaram o estado, outras acabaram, mas existe uma nova geração que tem muito a mostrar", afirma.

Fernando Caribé, diretor comercial da PQA, distribuidora de produtos químicos, defende a necessidade de valorização do mercado consumidor baiano. "Estamos falando de 15 milhões de pessoas. É um público fundamental para a nossa economia se reerguer", acredita.

O diretor comercial do Grupo Venturolli, Gabriel Venturolli, que atua na fabricação de pré-moldados e na área de reflorestamento, ressalta a importância de entender que a economia está interligada. "Quando você movimentar um comércio, estimula a contratação de mais pessoas, que vão consumir e gerar um estímulo à economia local", destaca.



ENTREVISTA CARLOS FALCÃO

Ser feito na Bahia é um diferencial

Integrantes da alta gestão, presidentes e sócios de algumas das mais importantes empresas baianas decidiram se juntar há algum tempo para buscar melhorias conjuntas. Nasceu o grupo empresarial Business Bahia. Com a pandemia, o grupo passou a se dedicar a propor soluções para reduzir impactos negativos e facilitar o processo de retomada econômica. Daí nasceu a campanha Made in Bahia, conta o empresário Carlos Falcão, um dos idealizadores do Business Bahia. "Quando se começou a discutir um início de retomada, surgiu a ideia da Made in Bahia pela constatação da necessidade de apoiar as empresas baianas", diz.

Como o empresariado podem contribuir?

Vislumbramos que a melhor maneira é através de um processo de conscientização da população baiana. Lançamos um selo, que vem acompanhado de cards, mídia e Vts, com o objetivo de conscientizar o consumidor a sempre que for possível consumir produtos ou serviços da Bahia. Com isso, nós podemos deixar o dinheiro aqui. Eu mesmo já fiz parte do grupo que não usava o critério de 'feito na Bahia' como um diferencial na hora da escolha e o que estamos buscando é a população a considerar isso em todos os níveis.

Como você vê o apoio do setor público às empresas?

Nosso grupo é apartidário, não temos vinculação com nenhuma ideologia neste sentido, então posso falar com liberdade. A nível de governo federal a gente entende que as medidas apontam na direção certa. No mundo inteiro se fez o mesmo, com linhas de financiamento para as grandes empresas, pequenas e médias. Suspendeu pagamento de impostos, parcelamentos, etc.

Mas os recursos tem chegado na ponta?

Este é o problema. As medidas apontam na direção certa, mas houve alguns problemas. O governo demorou a reagir. Não dimensionou bem o tamanho da crise e demorou de lançar as medidas. O mais grave é que não tivemos, de uma maneira geral, o apoio necessário do sistema bancário. Essa tem sido a grande queixa do nosso grupo.

E o governo e as prefeituras?

Em Salvador, a prefeitura fez o possível dentro das suas limitações, inclusive oferecendo recursos de renda mínima para os ambulantes. O que nós sentimos mesmo foi muita falta de uma preocupação maior do governo estadual. Houve várias propostas, inclusive de suspensão de parcelamentos, mas não foram adiante.

Isso não se deve à situação dos governos?

Nós entendemos a necessidade que o governo tem de arrecadar, mas tem que ter sensibilidade. Faltou um debate mais abrangente. Os empresários ficaram muito abandonados em relação a projetos para dar fôlego. Da mesma maneira que caiu a arrecadação do governo, caiu das empresas. Não adianta exigir que uma empresa pague impostos se ela não tem receitas.



Prefeito ACM Neto ressaltou que parte do plano de retomada não depende do governo estadual

Retomada com responsabilidade

Marcela Villar
REPORTAGEM
marcelavillars@gmail.com

Apesar de a Prefeitura ter prorrogado na última terça-feira a suspensão das atividades econômicas em Salvador por mais sete dias, o plano municipal para a retomada dessas atividades já está pronto. O prefeito ACM Neto (DEM) anunciará o planejamento junto com o governador Rui Costa (PT), com quem irá definir o alinhamento dos protocolos, o que deve acontecer até sábado.

Em entrevista ontem, durante a inauguração do gripário da UPA de Paripe, o prefeito reagiu com firmeza às pressões de parte do empresariado soteropolitano para que as atividades comerciais voltem ao normal em Salvador mesmo em meio a uma pandemia que já matou mais de 60 mil pessoas em todo o país.

“Sou empresário, meu padrão de vida vem do setor privado. Vocês acham que eu gostaria de sacrificar meus negócios, empresas da minha própria família? Só vamos abrir o comércio quando for possível abrir. Não vou ceder à pressão. (...)”, disse.

Ele também assegurou que manterá coerência até o fim do mandato, que se encerra no final desse ano. “Até o dia que eu for prefeito dessa cidade, as decisões serão tomadas pensando no cuidado com a vida das pessoas. Não tenho medo. Podem pressionar o quanto quiser. Podem fazer buzinação na frente de minha casa, nada disso vai me impe-

Pandemia
Prefeito ACM Neto diz que reabertura terá critérios técnicos e critica quem quer ‘pressa’

dir de tomar as decisões”, desabafou o prefeito.

O que Neto pôde adiantar do plano de retomada é que ele tem pelo menos 50 ações e que muitas delas são da área tributária: “Muitos apressadinhos que estão criticando vão cair do cavalo quando a gente apresentar”.

O plano para retomada especificamente da economia é um dos que não dependem do alinhamento com o governador. “O município vai ter um e o governo do estado vai ter o dele. Até porque o governo fala com a Bahia, com setores que sequer existem em Salvador, como a agricultura e a indústria, que não é tão forte aqui”, esclarece o prefeito.

O que será anunciado em conjunto serão, por exemplo, os critérios para a reabertura das atividades que estão suspensas, como o comércio, assim como os critérios para o avanço das fases da retomada, que será de forma progressiva e não de uma vez só.

A divulgação ao lado do governador é mais um resultado

do diálogo entre os gestores, que se iniciou com o início da pandemia. “Me despi da vaidade e das divergências políticas. Tenho espírito público e não espírito de porco, porque não olho pro meu próprio umbigo, estou preocupado com o que vai acontecer na casa dos 3 milhões de habitantes que moram em Salvador”, disse.

Para uma reabertura segura, o prefeito disse ainda quais métodos serão adotados. “O critério é partir das convenções médicas, das análises técnicas, e do que se está aplicando no Brasil e no mundo. Não tem mistério”, esclarece Neto.

VULNERABILIDADE

Em relação às medidas restritivas que têm aplicado na capital baiana, o prefeito afirmou que busca empatia com quem mais está sofrendo com a pandemia. “Me coloco no lugar daqueles que estão internados em um leito de UTI, daqueles que estão com falta de ar em cima de uma cama, das famílias que já perderam seus entes queridos. Das pessoas mais pobres que estão com medo de amanhã não conseguirem um tratamento. E que, ao mesmo tempo, têm medo também da fome, desemprego, da sua própria sobrevivência. Me coloco no lugar dessas pessoas e lamento que nem todos o façam”, completou.

Ainda nesse embalo, o chefe do executivo municipal refletiu sobre os níveis desiguais de vulnerabilidade que envolveriam uma retomada enquanto a pandemia ainda não esteja controlada.

“Quem tem dinheiro se de-

fende mais fácil. Quem tem dinheiro vai bater na porta do hospital e vai conseguir mais facilmente o internamento. E quem não tem? Estamos falando de vidas. Não vou permitir que famílias, principalmente do Subúrbio, batam na porta e não tenha leite. Ontem (terça), a ocupação dos leitos estava em 84%, aí eu abro tudo, e aí? O sistema de saúde entra em colapso e vão culpar quem? O prefeito”, previu.

Neto seguiu, em tom forte, contra os que se apressam em querer que a cidade retome uma ‘normalidade’. “Os que agora estão nos criticando, questionando por que não abrimos, vão dar uma de senhores da verdade pra apontar o dedo pra mim e pro governador pra dizer que somos os culpados”, disse, se referindo às críticas a ele e ao governador. “Eu prefiro ser o culpado agindo de acordo com a ciência, com a técnica e lutando para salvar a vida das pessoas do que agindo irresponsavelmente para jogar pra plateia. Que fique claro: nasci na política, já vi de tudo, já fui pressionado e o couro já tá grosso”, completou.

RETOMADA CONSCIENTE

O secretário municipal de saúde, Leo Prates, pediu a contribuição dos soteropolitanos para a melhora das taxas, que serão imprescindíveis para a reabertura das atividades. “A gente precisa da colaboração das pessoas para que os indicadores melhorem e a gente possa fazer a retomada. A gente entende a paciência e angústia das pessoas, mas são meses de confinamento em troca de anos de vida”, pede o secretário, que completou ainda que não deve haver dicotomia entre a economia e a saúde: “É preciso deixar claro: não existe economia com pessoas doentes e não existe empresa com pessoas morrendo”.

“SOB ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA FERNANDA VARELA

“Tenho espírito público e não espírito de porco, porque não olho pro meu próprio umbigo, estou preocupado com o que vai acontecer na casa dos 3 milhões de habitantes que moram em Salvador ACM Neto

Prefeito de Salvador, sobre o elogiado alinhamento com o governador Rui Costa (PT)

“Até o dia que eu for prefeito dessa cidade, as decisões serão tomadas pensando no cuidado com a vida das pessoas. Não tenho medo ACM Neto

Prefeito de Salvador

“Prefiro ser o culpado agindo de acordo com a ciência, com a técnica e lutando para salvar a vida das pessoas do que agindo irresponsavelmente para jogar pra plateia ACM Neto

Prefeito de Salvador, criticando quem quer apressar a reabertura das atividades econômicas na capital

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/07/2020	Página:

Correio*

BAHIA É O 2º ESTADO QUE MAIS INVESTE EM PESQUISA CIENTÍFICA

BOLSAS DE APOIO Entre 2018 e 2019, a Bahia se consagrou como o segundo estado que mais concede bolsas para pesquisadores com recursos próprios. A Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), disputa a primeira posição no ranking nacional. Em 2018, foi a fundação que mais concedeu bolsas, já em 2019, ocupou o segundo lugar, atrás da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). No ano passado, 2.302 estudantes foram contemplados, segundo dados recentes do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). A lista se refere aos benefícios concedidos aos estudantes dos cursos de mestrado e doutorado que atuam no Brasil ou no exterior. De acordo com a titular da Secti, Adélia Pinheiro, os números demonstram o esforço do governo do estado em incentivar a pesquisa.

Balança comercial tem maior saldo da história

QUEDA EM IMPORTAÇÕES A balança comercial registrou superávit de US\$ 7,463 bilhões em junho, informou ontem o Ministério da Economia. Esse é o maior saldo comercial para meses de junho de toda a série histórica, iniciada em 1989, e o segundo melhor resultado considerando todos os meses.

O superávit é registrado quando as exportações superam as importações. Quando ocorre o contrário, é registrado déficit comercial. Em relação a junho do ano passado, houve um aumento de 38,8% no saldo comercial. No acumulado do ano o governo informou que a balança tem saldo positivo de US\$ 23,035 bilhões, valor 10,3% menor do que o registrado no mesmo período de 2019.

EM 2020

55,4BI
de dólares é a projeção de saldo do Brasil no comércio internacional este ano, segundo dados do governo

O desempenho das vendas de produtos agropecuários, principalmente para a Ásia, fez o Ministério da Economia elevar de US\$ 46,6 bilhões para US\$ 55,4 bilhões a projeção de superávit em 2020. A revisão, que sai a cada três meses, foi divulgada ontem pela Secretaria de Comércio Exterior da pasta.

Em relação à estimativa anterior, divulgada em abril, a projeção para as exportações em 2020 saltou de US\$ 119,8 bilhões para US\$ 202,5 bilhões. Afetada pela alta do dólar e pela contração da economia, a previsão para as importações caminhou no sentido oposto, caindo de US\$ 153,2 bilhões para US\$ 147,1 bilhões.

A projeção para a corrente de comércio – soma das exportações e importações – caiu de US\$ 353 bilhões, em abril, para US\$ 349,6 bilhões em julho.

Segundo o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, o desempenho relativo das vendas de produtos agropecuários mostra a “resiliência” das exportações brasileiras em meio à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. De janeiro a junho, as vendas desse tipo de produto aumentaram 23,8% pelo critério da média diária em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as exportações totais caíram 6,4% na mesma comparação.

O secretário ressaltou que o aumento do volume exportado ajudou a compensar a queda de preços. No primeiro semestre, os preços médios caíram 12%, mas o volume embarcado subiu 14%. Para Ferraz, o desempenho das exportações dá algum conforto para as contas externas do país em meio à crise internacional.

Petrobras quer reduzir quadro de empregados em 16 mil

PDVs E VENDAS A Petrobras vai reduzir seu quadro de pessoal dos atuais 46,6 mil empregados para cerca de 30 mil com os Planos de Demissão Voluntária (PDVs) que realizou, somados à venda das oito refinarias, o que deverá acontecer no próximo ano. Os vários PDVs

se encerraram na última terça-feira e tiveram uma adesão de aproximadamente 10 mil empregados, representando cerca de 22% do total atual. A informação foi dada ontem pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, ao explicar que só neste ano outros 2 mil em-

pregados já deixaram a companhia. Está prevista ainda a saída de mais uma parcela de funcionários até o fim deste ano, e outra no próximo. “Pretendemos trabalhar com 30 mil pessoas”, disse. A Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, está entre as que serão vendidas.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/07/2020	Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, estava ontem em território lanomâmi. Foi numa viagem de rotina para acompanhar a operação de atendimento médico e orientação nas aldeias. Os aviões da FAB já deram o equivalente a 11 voltas ao mundo, em três meses, só levando e trazendo material e equipamento médico que antes eram deslocados pela aviação comercial. Sete mil e quinhentos militares foram contaminados com o vírus, exatamente porque eles estão presentes em muitas frentes ao mesmo tempo. Há uma sensação nas Forças Armadas de que seu trabalho no combate ao Covid-19 não aparece em função dos enormes ruídos causados pela discussão política sobre o risco de um novo golpe.

— Estamos apanhando mais atualmente do que nos últimos 30 anos. Assuntos que já estavam resolvidos voltaram com uma força enorme — disse um oficial superior.

O relato do que as Forças Armadas estão fazendo neste momento é interessante porque ilumina exatamente o seu papel no meio de uma pandemia num país continental, com gigantescos desafios. Sendo, como têm que ser, uma instituição do Es-

tado, e não braço de um governo, tudo fica mais fácil de ver e de valorizar. Lá dentro se diz que é nisso que as tropas estão realmente pensando, no seu papel tradicional. Enquanto isso, manifestantes bolsonaristas fazem passeatas pedindo intervenção militar, e o próprio presidente fez constantes ameaças que alimentaram velhas dúvidas e temores. Certos fatos incendiaram ainda mais o debate, como o dia em que o ministro Azevedo sobrevoou com o presidente uma dessas manifestações que pediam o fechamento do Supremo.

Na época das Olimpíadas havia uma grande preocupação com o risco de atentados terroristas. Houve um investimento nas Forças Armadas em treinamento e qualificação para ações de defesa contra ameaças quí-

mica, nuclear e radiológica. Isso ficou como um legado e foi usado agora no combate ao Covid-19. Militares fizeram mais de duas mil descontaminações de espaços públicos. E até por ser em áreas de muita população essas ações tiveram mais visibilidade. Estiveram em locais de mais difícil acesso, ilha de Marajó, por exemplo, para distribuir cestas básicas. Ao todo, em vários pontos do país, e até aldeias indígenas, em três meses distribuíram mais de meio milhão de cestas básicas.

— Tem um programa que nasceu também na esteira dos Jogos Olímpicos, em que crianças carentes saiam da escola e iam no contraturno para os quartéis para a prática de esporte. Trinta mil crianças nesse programa. De uma hora para outra, as escolas fecharam, e eles não iam mais

para o reforço escolar. Ficaram sem duas refeições. O dinheiro foi revertido em kit alimentação para a família dos jovens — conta um oficial.

Um programa entre CNI, Senai e hospitais, para consertar respiradores no Brasil inteiro, foi possível porque os aviões da FAB ou caminhões do Exército ficaram no leva e traz de equipamentos. Foram 1.500 respiradores consertados. Quando os restaurantes à beira das rodovias pararam, o país poderia ter tido um colapso logístico, porque os caminhoneiros não teriam onde se alimentar. Os militares fizeram pontos de parada e distribuição de quentinha para os motoristas.

Médicos militares foram deslocados para alguns hospitais com falta aguda de pessoal. Saíram, por exemplo, do Sul, que

estava pouco afetado, para regiões de quase colapso como Macapá, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga.

Porque estiveram em várias frentes de combate o índice de contaminação de militares foi de 2%, considerado alto. Morreram 20 dos 7.500 contaminados, mas já estão recuperados 80%.

— O militar mesmo está com pouco tempo para discussão política. Há pontos no país onde só nós conseguimos chegar com rapidez, uma ONG bem intencionada consegue ajudar, mas as Forças Armadas fazem em grande volume. Isso sem falar em todo o trabalho de sempre, de patrulhamento, de vigilância de fronteira — me disse um oficial.

A politização das Forças Armadas foi evitada durante 30 anos. O presidente Jair Bolsonaro, de forma deliberada, fez uma mistura entre seu governo e o poder que elas têm. Se os militares forem viabilizadores de um governo que estimula o conflito, e que está em crise, será, como tenho dito aqui, um risco para o país e para a própria instituição.

Atuação das Forças Armadas na pandemia fica encober-ta pela mistura que Bolsonaro faz entre elas e os seus objetivos políticos.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/07/2020	Página:

Correio*

24h

BRASIL

16

Correio
Salvador, quinta-feira, 2 de julho 2020

Caixa Econômica inicia pagamento do saque do FGTS

EMERGENCIAL A Caixa iniciou ontem o pagamento do saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para 4,9 milhões de trabalhadores nascidos em janeiro. Nessa primeira etapa, o total de recursos liberados soma mais de R\$ 3,1 bilhões. O novo saque tem como objetivo enfrentar o estado de calamidade pública em razão da pandemia da covid-19. No total, serão liberados, de acordo com todo o calendário, mais de R\$ 37,8 bilhões, para aproximadamente 60 milhões de trabalhadores.

O pagamento do saque emergencial será realizado por meio de crédito na Conta Poupança Social Digital, aberto automaticamente pe-

la Caixa em nome dos trabalhadores. O valor do saque emergencial é de até R\$ 1.045, considerando a soma dos saldos de todas as contas ativas ou inativas com saldo no FGTS. O calendário foi estabelecido com base no mês de nascimento do trabalhador e contém dados que correspondem a valores de crédito na conta de arma-

O contribuinte poderá sacar um valor de até R\$ 1.045. Caso não retire o benefício, o recurso retorna para a conta do FGTS, com a correção monetária

CALENDÁRIO DE CRÉDITO E SAQUES

Janeiro Crédito em 29 de junho. Para saques, 25 de julho

Fevereiro Crédito em 06 de julho. Para saques, 08 de agosto

Março Crédito em 13 de julho. Para saques, 22 de agosto

Abril Crédito em 13 de julho. Para saques, 22 de agosto

Mai Crédito em 27 de julho. Para saques, 19 de setembro

Junho Crédito em 03 de agosto. Para saques, 03 de outubro

Julho Crédito em 10 de agosto. Para saques, 17 de outubro

Agosto Crédito em 24 de agosto. Para saques, 17 de outubro

Setembro Crédito em 31 de agosto. Para saques, 31 de agosto

Outubro Crédito em 08 de setembro. Para saques, 31 de outubro

Novembro Crédito em 14 de setembro. Para saques, 14 de novembro

Dezembro Crédito em 21 de setembro. Para saques, 14 de novembro

zamento digital social, quando os recursos podem ser usados em operações eletrônicas, além de dados a partir de quando os recursos disponíveis estão disponíveis para saque em espécie ou transferência.

Caso não haja movimentação na conta de economia social digital até 30 de novembro deste ano, o valor será devolvido à conta do FGTS com a remuneração do período, sem prejuízo para o trabalhador. Se após esse prazo, o trabalhador decidir fazer a emergência, poderá solicitar pelo Aplicativo FGTS até 31 de dezembro.

Em caso de dúvidas ou mais informações, o cidadão deve acessar fgts.caixa.gov.br.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/07/2020	Página:

Correio*

Banco do Brasil vai oferecer R\$ 103 bi para o financiamento da safra

AGRONEGÓCIOS O presidente do Banco do Brasil (BB), Rubem Novaes, disse ontem que a instituição financeira vai oferecer R\$ 103 bilhões no Plano Safra 2020/21 para o setor agropecuário. "A agricultura será fundamental para retomada da economia brasileira", justificou. "O agro brasileiro é decisivo para exportações, geração de divisas e crescimento da economia", completou.

No evento de anúncio da linha de crédito, o executivo informou que o atendimento do Banco do Brasil aos produtores rurais cresceu 7,2% de março de 2019 a março de 2020, somando R\$ 162 bilhões. A carteira total do BB (volume de recursos emprestados e ainda não quitados) chegou a R\$ 186,2 bilhões, garantindo ao banco participação de 55% no mercado de crédito para o agronegócio brasileiro.



Rubem Novaes comentou sobre a importância do agronegócio para o País

O Banco do Brasil desembolsou R\$ 92,5 bilhões na safra 2019/20, "o maior desembolso da história do BB em um plano safra", segundo garantiu o executivo, acrescentando que os recur-

sos alcançaram 5.408 municípios. Ainda segundo Novaes, cerca de R\$ 640 milhões foram liberados em operações de custeio por canais digitais, a exemplo do aplicativo do banco.

MP DE CONTAS PEDE VETO A REAJUSTE PARA MILITARES

MINISTÉRIO PÚBLICO O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), entrou com representação na Corte de Contas para suspender o aumento de até R\$ 1,6 mil na remuneração de militares, por meio de um adicional por cursos realizados ao longo da carreira. O reajuste passou a valer ontem e tem impacto previsto de R\$ 1,3 bilhão neste ano. Em cinco anos, a despesa custará R\$ 26,4 bilhões aos cofres públicos.

O procurador considerou o reajuste "ilegal", por causa da lei que congelou aumentos em todo o funcionalismo público até o fim de 2021, como medida de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Para Furtado, a lei "colide frontalmente" com o "agrado" aos militares. "É flagrante e inapelavelmente ilegal. É difícil crer que no momento atual, quando se acumulam crises sanitária, econômica e fiscal, o governo adote medida que virá a exigir ainda mais recursos da sociedade, já sobrecarregada por problemas que se acumulam nos campos da saúde e econômico, do convívio social, do emprego e da renda", disse o subprocurador-geral.

O Ministério da Defesa afirmou, ontem, que a reestruturação das carreiras é "autosustentável".

IMPACTO

1,3B

de reais é o impacto previsto nas contas do governo este ano com o aumento no soldo dos militares

26,4

bilhões de reais é quanto a despesa custará aos cofres públicos em cinco anos

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 02/07/2020	Página: 02

Tribuna

Entregadores

O senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou projeto que cria a Lei Geral de Proteção dos Trabalhadores de Aplicativos de Transporte Individual Privado ou Entrega de Mercadorias. O objetivo é garantir, principalmente durante a pandemia, que o grupo tenha acesso a benefícios e estabelecer condições dignas de trabalho.

Empréstimos

O deputado Eduardo Alencar (PSD) apresentou um projeto de lei que suspende as parcelas de empréstimos consignados contraídos por servidores públicos no estado da Bahia. A medida visa abranger servidores públicos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, nos âmbitos estadual e municipal.

Governo da Bahia entrega primeira ponte estaiada da Bahia em Ilhéus

DA REDAÇÃO

Conhecida pelas belas praias e pela tradição na produção de chocolates, Ilhéus agora pode ser reconhecida também como detentora da primeira ponte estaiada da Bahia. Na manhã de ontem, o governador Rui Costa foi ao município e fez uma última visita antes da abertura oficial da Ponte Ilhéus-Pontal, que recebeu cerca de R\$100 milhões em investimentos e possui 533 metros de extensão. O trânsito no local será liberado ainda hoje.

"Gostaria de registrar o reconhecimento pela dedicação dos trabalhadores nesta obra e também o trabalho realizado pelo então governador Jaques Wagner, que foi o responsável pelo início do projeto. Hoje, temos a satisfação de entregar a ponte concluída, um importante vetor de crescimento e que já figura como o novo cartão postal de Ilhéus. A obra tem uma função muito importante não só para os moradores da cidade mas também para turistas que



O GOVERNADOR Rui Costa entregou a ponte estaiada ontem em Ilhéus

precisam ir para o litoral sul", destacou o governador, revelando ainda que o nome oficial da estrutura, que será decidido pela Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), poderá ser Ponte Jorge Amado, em homenagem ao escritor baiano que nasceu na região.

Além dos 533 metros de extensão, a ponte conta com 25 metros de largura e abrange um sistema viário com 2,7 quilômetros e acessos ao Centro e ao Litoral

Sul, dotado de quatro pistas de rolamento para veículos, uma ciclofaixa e ainda faixa para pedestres. O pintor Marcos Coutinho disse que Ilhéus precisava da obra. "O pessoal e a cidade estavam necessitados dessa obra. Além de se tornar um incrível ponto turístico, ainda facilita a chegada ao Centro e, no sentido oposto, ao Pontal. O governo estadual está de parabéns", garantiu.

Sobre o Rio Cachoeira, o equipamento vai fomentar

o turismo na região sul e também melhorar a mobilidade de aproximadamente 511 mil pessoas que moram nas cidades de Ilhéus, Itabuna, Una, Canavieiras, Buerarema, Itacaré e Uruçuca. A abertura da ponte ainda vai viabilizar que a produção da região possa ser escoada para diferentes modais, a exemplo do Porto de Malhada e o futuro Porto Sul.

A região contava com uma ponte antiga, construída nos anos 60, que será substituída por um equipamento arquitetônico que incorpora elementos de iluminação cênica e urbanismo, de acordo com a Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), que foi o órgão responsável pela execução da obra. Além das áreas verdes, a urbanização da antiga ponte inclui quadras esportivas e parques infantis.

Para o titular da Seinfra, Marcus Cavalcanti, trata-se de "uma obra digna de uma cidade tida como uma das mais belas do Brasil, que precisava de uma ligação entre as partes Norte e Sul. É uma ponte belíssima, que ainda foi dotada de urbanização".

Tribuna

Bahia ganha mais investimentos e novos empregos

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

“Apesar do cenário de pandemia que tem impactado a economia global, aqui na Bahia não paramos de prospectar novos investimentos. Além disso, o ambiente de negócios seguro que disponibilizamos para quem já investe no estado tem propiciado ampliações como essas que acabamos de assinar protocolo. Além do investimento descentralizado no interior, temos a perspectivas da geração de emprego. Isto é importantíssimo para o povo baiano”.

Essas palavras são do secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE) e também vice-governador do Estado, João Leão que comemora os investimentos empresariais na Bahia: “Se uma empresa amplia seus investimentos, é sinal de que os negócios vão bem e sinaliza uma retomada de crescimento econômico no Estado pós-pandemia. Na última segunda-feira 29, anunciamos que a Bahia vai receber investimentos de R\$ 45,7 milhões vindos de três fábricas que serão ampliadas, entre elas, a Cambuci, gestora da marca de material esportivo Penalty, responsável pela maior fatia desse montante”.

INVESTIMENTOS

O presidente do Conselho de Administração da Cambuci S.A, Roberto Es-



TRABALHO

Estado recebeu investimentos de R\$ 45,7 milhões vindos de três fábricas

tefano disse que esse é um ano muito especial para a Cambuci “pois estamos completando 75 anos de companhia e 50 anos da marca Penalty. É o momento de olhar para o futuro e projetar onde queremos estar daqui para frente. O investimento nas nossas fábricas será para os próximos 15 anos, visando o aumento da produção e uma conquista ainda maior do mercado, sempre priorizando inovação, qualidade e o DNA brasileiro que nos consolida como a maior multinacional de esportes do Brasil”.

Ainda, através de nota, Roberto Estefano acrescentou: “Devemos aumentar sig-

nificativamente nossa produção nas unidades da Bahia. Aumentaremos a contratação de pessoal e iremos incrementar as exportações com a valorização do dólar, principalmente para nossa unidade na Argentina, que é própria para América Latina e países da Europa. A retomada será moderada em função da pandemia, mas com incremento na produção”.

PRESTIGIADA

Como diz João Leão, a Bahia tem sido sucessivamente prestigiada pelos empresários. “No primeiro quadrimestre do ano os investimentos cresceram 146,80%. Até abril, foram

injetados R\$ 1,3 bilhão na economia baiana, com 8 empreendimentos implantados, que geraram 95 novos empregos. Em São Gonçalo dos Campos, a Mundial Blocos e Pisos, investiu R\$ 10 milhões na sua implantação”.

A empresa é responsável pela fabricação de removedor, querosene, lubrificante KO e óleo de jacarandá, vaselina KO, naftalina, água sanitária, pedra sanitária, prendedor de roupas, hastes flexíveis, palito de churrasco, palito de dente, álcool e cloro em gel. “Serão criados 20 empregos e mantidos 16 já existentes”, finalizou João Leão.

Tribuna

Gestores de investimentos do país apostam em bolsa e ativos externos para o segundo semestre

VALOR

Depois de os mercados terem sido arastados por um tsunami no primeiro semestre por causa da crise da covid-19, os investidores entram na segunda metade do ano em busca de pistas na economia real que balizem os preços dos ativos. Assimilada a fase mais dura da pandemia, entre março e abril, houve uma recuperação expressiva em ações, fundos imobiliários e na renda fixa longa. Bolsa, títulos públicos e privados e ativos internacionais "offshore" compõem as recomendações para o resto de

2020.

Em junho, as ações imobiliárias é que levaram a melhor, seguidas pelo indicador que reúne as companhias de menor capitalização na bolsa, as chamadas "small caps". O Ibovespa, principal referência da bolsa brasileira, ganhou 8,8%, no terceiro mês consecutivo de valorização. Desde o piso de 23 de março, o índice já subiu mais de 40%. No ano, ainda perde 17,8%. O campeão de valorização foi o ouro, com ganhos de 53%, seguido por euro e dólar, com altas de mais de 35%.

Na renda fixa, o IMA-B 5+, que representa uma cesta com títulos públicos longos

atrelados à inflação, tem perda de 5,3% no ano. Graças à desvalorização desses papéis que os retornos ficaram mais gordinhos. No Tesouro Direto, por exemplo, os papéis Tesouro IPCA+ com vencimentos em 2035 e 2045 asseguram taxas acima de 4%, além da correção pelo IPCA.

Apesar da Selic baixa, em 2,25% ao ano, o jogo para a renda fixa não acabou e há muito valor ao longo dos vencimentos de juros, diz Guilherme Abbud, sócio e executivo-chefe de investimentos da

Persevera Asset Management. "Títulos de cinco anos com quase 6%, o longo a 8% ou a B [Tesouro

IPCA+] longa a 4,3% são um presente", diz.

Não é de hoje que o gestor vê espaço para o Banco Central (BC) aprofundar a sua política de corte de juros. Para Abbud, o Brasil está preso a uma recessão de balanço, que impede que a atividade ganhe ritmo. Ele já tinha essa percepção antes da pandemia, e ganhou ainda mais convicção com a covid-19.

"O Brasil passou décadas se endividando e consumindo, quando vem a recessão, ela se torna uma recessão de balanço. A dívida implode, perde-se renda. Leva anos para se digerir os excessos", diz Abbud. "O coronavírus é



um choque desinflacionário. Eu já achava certo levar o juro para zero, mas não sei qual a coragem ou disposição do BC para isso."

Para o gestor, é um erro considerar que a Selic mais baixa desancora a inflação por causa do câmbio. O ideal seria não haver prêmio de risco na taxa básica em relação às economias desenvolvidas. "Se o BC faz esse diferencial na Selic, há uma dupla contagem no risco Bra-

sil [...], isso eleva a curva inteira", diz. "O BC deveria se ater à meta de inflação, e, se existir espaço, cortar."

Ele entende que com o histórico de hiperinflação no Brasil, o Banco Central tenha o viés apenas para combater a inflação. "Na hora do risco desinflacionário, não está treinado para isso, sempre está achando que o câmbio vai explodir ou a inflação vai ter um repique ou que precise de reformas", afirma.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Julho de 2020 - 22:45

Consumo de energia no Brasil aumenta 2% em junho

A carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) aumentou “aproximadamente” 2% em junho em relação à de maio.

Ministério das Minas e Energia atribuiu o acréscimo “ao retorno gradual das atividades econômicas” no país. “Existem alguns índices, bastante consistentes, de que o país já iniciou sua retomada”, disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque através de nota para a Agência Brasil.

O dado, recolhido pelo Observatório Nacional do Sistema Elétrico (ONS), foi considerado positivo pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que prevê a manutenção da “tendência de retomada gradativa da carga” no próximo mês.

Durante a reunião do comitê, feita por meio de teleconferência, destacou-se também que os reservatórios das usinas hidrelétricas “permanecem, em sua maioria, em patamares superiores aos verificados nos últimos anos”, especialmente na Região Sul – onde o volume de água nos reservatórios aumentou cerca de 20 pontos percentuais, “como consequência dos volumes significativos de precipitações verificadas.”

Por causa desse desempenho, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico revogou as decisões sobre a adoção de medidas excepcionais para preservação dos estoques armazenados nos reservatórios de água das usinas hidráulicas do chamado Subsistema Sul.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Julho de 2020 - 20:40

Rede D'Or finaliza compra do Hospital Aliança, diz colunista



A Rede D'Or concluiu, nesta quarta-feira (1), o processo de compra do Hospital Aliança. De acordo com a coluna de Lauro Jardim, de O Globo, a transação custou cerca de R\$ 800 milhões. O grupo Aliança manteve ainda a posse, segundo publicação, de 20% no negócio.

A parceria pretende expansão do hospital, aumentando a capacidade de atendimento, bem como ampliação da infraestrutura e incorporação de novas tecnologias.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Julho de 2020 - 20:15

TJ-BA alcança mais de R\$ 100 milhões em economia no custeio para o ano de 2020

O Poder Judiciário do Estado da Bahia (TJ-BA) alcançou, por meio de uma política de otimização dos gastos dos recursos públicos, iniciada em fevereiro de 2020, na gestão do Desembargador Lourival Almeida Trindade, uma marca de economia, no valor de mais de R\$ 100 milhões para o ano, conforme de acordo informado pelas Secretarias que compõem a estrutura administrativa do Tribunal.

A economia é fruto de uma ação coordenada, na revisão dos contratos de prestação de serviços e de contenção de diversas despesas, iniciada em fevereiro e intensificada após a edição, pela Mesa Diretora, do Ato Conjunto nº 006, de 1º de abril de 2020, que estabeleceu medidas para a redução, racionalização, contingenciamento, contenção, monitoramento e controle das despesas de pessoal e custeio, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

No que diz respeito à Secretaria de Administração, os números de economia atingem a impressionante marca de R\$ 57.880.158,37. Esse resultado é fruto de diversas ações da Diretoria de Serviços Gerais, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Diretoria de Suprimento e Patrimônio e Diretoria de Finanças, que focaram sua atuação na melhoria da gestão e revisão dos contratos, além da realização de novas licitações, para otimização dos termos de referência, que embasaram contratações anteriores.

Embora tenha recebido um aumento considerável de demandas, em decorrência da adoção do regime de teletrabalho, pelos servidores e magistrados do PJBA, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (Setim) conseguiu uma economia global estimada em R\$ 30.667.439,07. Desse valor, R\$ 22.835.566,19 correspondem ao exercício 2020, aproximadamente 26,87% do orçamento da Secretaria.

Como parte das medidas de contingenciamento, a Setim realizou a rescisão antecipada de dois contratos de prestação de serviços, representando uma economia global estimada de R\$7.651.873,63. A economia estimada, apenas no Exercício 2020, é de R\$ 4.751.078,75.

Dando prosseguimento às ações, foram realizadas supressões nos objetos de quatro contratos de prestação de serviços, num valor global estimado em R\$ 10.380.915,50, sendo a economia estimada, apenas no exercício 2020, de R\$ 7.010.166,58.

As medidas adotadas pela Secretaria Judiciária, dentre as quais salienta-se a redução de 30% do contrato com os Correios, viabilizada pela adoção de medidas alternativas de comunicação, como a citação e intimação eletrônicas, representam uma economia, para o ano de 2020, de R\$ 10.455.000.

A Secretaria de Gestão de Pessoas conseguiu economizar, de fevereiro a junho de 2020, R\$ 7.771.436 no que tange às despesas de custeio e investimento, sem que estejam, aí, previstas as reduções de gasto com pessoal, e as medidas adotadas representarão uma redução de R\$ 15.469.722, no exercício financeiro atual.

Já a Secretaria Geral da Presidência conseguiu, no primeiro semestre de 2020, uma economia de mais de R\$ 1,45 milhões, que representa 94% do orçamento previsto para aquela unidade, nos primeiros seis meses do ano.

O Desembargador Presidente Lourival Almeida Trindade ressaltou a importância dos resultados, ora alcançados, e reafirmou o compromisso com a busca de uma justiça acessível a todos e de qualidade, através de uma gestão participativa, transparente e incansável, na defesa do Erário.

Esclareceu ainda que, embora as projeções econômicas e financeiras apontem para uma situação mundial restritiva e um cenário fiscal adverso, a administração do PJBA foi enérgica e agiu, com agilidade, para garantir o equilíbrio de suas contas, sem que tais medidas representem qualquer prejuízo à atividade jurisdicional, na qual o Tribunal tem apresentado números expressivos, sendo o primeiro colocado na prolação de sentenças, entre os Tribunais de médio porte do país.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Julho de 2020 - 19:20

Petrobras anuncia sétimo reajuste consecutivo da gasolina

por Nicola Pamplona | Folhapress



A Petrobras vai elevar novamente os preços da gasolina e do diesel nesta quinta (2). Será o sétimo aumento seguido no preço da gasolina, que subirá, em média, 3%. O reajuste no diesel, de 6%, é o quarto consecutivo. Com a sequência de altas, a gasolina voltou a ter preço médio nos postos acima de R\$ 4 por litro na semana passada.

Desde o começo de maio, quando foi iniciado o ciclo de aumentos, o preço da gasolina nas refinarias da estatal acumula alta de 53%. A partir desta quinta, o produto será vendido pela empresa, em média, a R\$ 1,57 por litro. O preço do diesel acumula alta de 32% desde o início de maio.

Os reajustes acompanham a recuperação do preço internacional do petróleo após o relaxamento das medidas de isolamento social na Europa e nos Estados Unidos. Em junho, a cotação do Brent, negociado em Londres, subiu 7,4%, fechando o mês em US\$ 41,15 (R\$ 221).

Para importadores de combustíveis, a sequência de reajustes da Petrobras ainda não é suficiente para acompanhar a recuperação das cotações internacionais, mantendo os preços no mercado interno com defasagem e impedindo a importação de produtos por empresas privadas.

A política de preços da Petrobras prevê o acompanhamento das cotações internacionais, considerando ainda a taxa de câmbio, os custos de importação e margem de lucro.

O repasse dos aumentos às bombas depende de políticas comerciais de postos e distribuidoras. O valor cobrado pela Petrobras representa 27% do preço final da gasolina e 44% do preço final do diesel -o restante são biocombustíveis, impostos e margens de lucro e custos das outras etapas da cadeia.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a sequência de aumentos já pesa no bolso do consumidor. Na semana passada, o litro da gasolina era vendido a R\$ 4,022, em média, no Brasil, alta de 0,9% em relação à semana anterior. Em quatro semanas, a alta acumulada é de 3,2%.

É a primeira vez desde a terceira semana de abril que o produto registra preço médio acima de R\$ 4 por litro. Já o preço do diesel estava, em média, em R\$ 3,077 por litro, também 0,9% a mais do que na semana anterior. Em um mês, o combustível acumula reajuste de 1%.

O diesel sofre pressão também do alto preço do biodiesel, que representa 12% da mistura vendida nos postos: no último leilão da ANP, para entrega em julho e agosto, o litro do produto saiu a R\$ 3,51, R\$ 0,50 a mais do que o verificado nos dois primeiros bimestres.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 01/07/2020	



Política

Etanol será vendido direto das usinas para os postos, diz Bolsonaro



01 de Julho de 2020 às 14:03 Por: Fernando Frazão/Agência Brasil Por: Agência Brasil 0 comentários

O presidente Jair Bolsonaro informou hoje (1º) que o Conselho Nacional de Política Energética estabeleceu diretrizes para que o etanol possa ser vendido das usinas diretamente para os postos de combustíveis. “A venda direta de etanol pode proporcionar maior concorrência no setor e baratear o preço dos combustíveis nas bombas”, escreveu em publicação nas redes sociais. O presidente não detalhou quais são as diretrizes.

Atualmente, a norma da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estabelece que todo combustível deve passar por empresa distribuidora antes de chegar às bombas dos postos. Em diversas ocasiões, Bolsonaro já defendeu a venda direta como forma de reduzir os preços dos combustíveis.

Um projeto de decreto legislativo para liberar a venda sem intermediários também está tramitando na Câmara dos Deputados. Ele foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia no fim de 2019 e está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), para depois seguir para votação no plenário.

Veículo: Política Livre	
Data: 02.07.2020	Caderno: Economia



No 2 de Julho, Rui Costa diz que pediu a prefeito de Itabuna para não reabrir comércio

Presente na cerimônia simbólica do 2 de Julho, o governador Rui Costa (PT) disse que pediu ao prefeito de Itabuna, Fernando Gomes (sem partido), para não reabrir o comércio. Nesta semana, o gestor [anunciou a retomada das atividades “morra quem morrer”](#).

“Pedi ao prefeito que não reabrisse. Os números em Itabuna estão muito altos. O alimento do vírus é a convivência social. Os prefeitos têm se sentido pressionados. Tem uma voz nacional que diz para abrir, tem os comerciantes, mas às vezes as pessoas passam do ponto. Conversei com ele. É uma situação muito crítica e espero que mantenhamos a serenidade”, afirmou Rui em entrevista coletiva, ao lado do prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM). Ainda segundo Rui, “no dia que reabrir [o comércio], vai dobrar [o número de mortes]”.

De acordo com o petista, o Brasil minimizou a pandemia e hoje paga um preço alto. “É uma batalha longa demais. Minimizou o adversário. Toda vez que se minimiza o adversário, tende a ser derrotado. Entre tantos ensinamentos que esse vírus traz para a humanidade, é que não é possível minimizar o valor da vida humana. Estamos pagando um preço muito alto. Digo sempre que os asiáticos souberam enfrentar isso muito melhor que o Ocidente. Desde cedo eles encararam o vírus como uma coisa séria. Nós resolvemos tratar uma pandemia dessa com homeopatia”, disse.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

quinta-feira, 02 de julho de 2020

DIREITO ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/DIREITO](https://www.bahiaja.com.br/direito))

MPBA E MPF APONTAM SOBREPREGO DE R\$478 MIL NA GESTÃO DO HOSPITAL ESPANHOL COVID

Coronavírus: MPBA e MPF apontam sobrepreço de R\$ 478mil e recomendam a não renovação do contrato de gestão do Hospital Espanhol (Com informações do MPBA)

Tasso Franco, da redação em Salvador | 01/07/2020 às 00:28

Curtir 0

Tweet



Denúncias do MP contra governo da Bahia

Foto:

Coronavírus: MPBA e MPF apontam sobrepreço de R\$ 478mil e recomendam a não renovação do contrato de gestão do Hospital Espanhol

Os Ministérios Público da Bahia (MPBA) e Federal (MPF) expediram, nesta segunda-feira (29), recomendações conjuntas para o secretário de Saúde do Estado da Bahia e o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), contratado para gerir o Hospital Espanhol até o próximo 3 de outubro. Os MPs recomendam a não renovação do Contrato nº 051/2020, além da sua alteração para reduzir em R\$ 478.325,85 o seu valor total. O prazo para manifestação é de dez dias, a contar do recebimento das recomendações.

A unidade pública de saúde, situada em Salvador (BA), foi inaugurada no último 22 de abril, sob a gestão e a operacionalização do INTS, para tratar pacientes com suspeita e diagnóstico de covid19, pelo prazo de 180(cento e oitenta) dias. A partir da

constatação de indícios de ilegalidades, os MPs instauraram inquérito civil no início de junho para acompanhar e fiscalizar o contrato, que abrange recursos públicos dos governos do Estado e Federal.

Diversas irregularidades – Nas investigações, o procurador da República Ovídio Machado e os promotores de Justiça Rita Tourinho, Adriano Assis e Luciano Ghgnone, identificaram diversas irregularidades no processo de contratação para a prestação dos serviços de gestão do Hospital Espanhol, incluindo, ainda, falhas no atendimento a pacientes e familiares, ausência de treinamento e protocolo de atribuições dos funcionários e indícios de subdimensionamento das equipes de UTI.

Concorrência prejudicada – Os MPs consideram que, diante da grande quantidade de organizações sociais em atuação na Bahia, a oferta de um contrato de valor global de quase R\$ 30milhões deveria alcançar um maior número de interessados. Porém, com o prazo de apenas dois dias úteis para elaboração das propostas e um termo de referência apontado como insuficiente pela Controladoria-Geral da União (CGU), somente três instituições manifestaram interesse.

Avaliação técnica insuficiente – Ainda na avaliação dos MPs, a falta de concorrência proporcionou que a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) contratasse uma instituição muito mal avaliada tecnicamente. Na fase de julgamento da qualificação técnica dos interessados, o INTS obteve apenas 4,5 pontos dos 40 possíveis e os demais concorrentes obtiveram nota zero.

Sobrepreço – Outra irregularidade apontada foi a inclusão indevida do montante de R\$478.325,85 no valor global do contrato. No termo de referência, a Sesab determinou que interessados com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS – Lei Federal nº 12.101/2009), caso do INTS, deveriam excluir a cota patronal do INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social. Porém, segundo a CGU, além

dessa cota patronal, as entidades com essa certificação também estão isentas de contribuição ao Serviço Social da Indústria; ao Serviço Social do Comércio; ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; ao Salário-Educação; e à incidência do PIS/Pasep. Como o INTS apresentou proposta incorporando esses valores no custo final, o contrato foi firmado com o sobrepreço de R\$478.325,85.

Recomendações - Nas recomendações, os MPs pedem a alteração do contrato para excluir, dos pagamentos ao INTS, o valor de R\$478.325,85 indevidamente previsto na proposta, evitando assim a lesão aos cofres públicos. Pedem, ainda, que o Estado da Bahia determine o início dos procedimentos necessários para assumir o atendimento prestado pelo Hospital Espanhol, após o fim do atual contrato com o INTS, ou realize licitação, caso opte pela terceirização. Neste caso, os MPs requerem a análise da melhor forma de gestão da unidade de saúde, e a elaboração de termo de referência detalhado, "constando informações suficientes para que seja possível ter amplo conhecimento da dimensão e custo do serviço a ser prestado, incluindo o quantitativo mínimo de postos de trabalho exigidos para cada equipe de profissionais de saúde e não apenas as especialidades exigidas".



<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=7&idNoticia=126950](https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=7&idNoticia=126950)

MAIS NOTÍCIAS



<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/governo-diz-em-nota-que-nao-praticou-sobrepreco-na-contracao-do-ints,126951,0.html>

GOVERNO DIZ EM NOTA QUE NÃO PRATICOU SOBREPREGO NA CONTRAÇÃO DO INTS

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/governo-diz-em-nota-que-nao-praticou-sobrepreco-na-contracao-do-ints,126951,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/governo-diz-em-nota-que-nao-praticou-sobrepreco-na-contracao-do-ints,126951,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/governo-diz-em-nota-que-nao-praticou-sobrepreco-na-contracao-do-ints,126951,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/governo-diz-em-nota-que-nao-praticou-sobrepreco-na-contracao-do-ints,126951,0.html>



<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>

Estrangeiro com filho brasileiro não pode ser expulso do país, diz STF

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>



<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>

Ex-chefe F1 diz que muitas vezes 'negros são mais racistas q brancos' <https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>

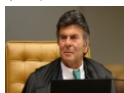
<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>

MPT obriga agências do Bradesco de Feira de Santana a receber fiscais <https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>



<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/25/ministro-fux-assume-presidencia-do-stf-a-partir-de-10-de-setembro,126865,0.html>

MINISTRO FUX ASSUME PRESIDÊNCIA DO STF A PARTIR DE 10 DE SETEMBRO

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/25/ministro-fux-assume-presidencia-do-stf-a-partir-de-10-de-setembro,126865,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/25/ministro-fux-assume-presidencia-do-stf-a-partir-de-10-de-setembro,126865,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/25/ministro-fux-assume-presidencia-do-stf-a-partir-de-10-de-setembro,126865,0.html>

<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/25/ministro-fux-assume-presidencia-do-stf-a-partir-de-10-de-setembro,126865,0.html>



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

quinta-feira, 02 de julho de 2020

DIREITO ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/DIREITO](https://www.bahiaja.com.br/direito))

GOVERNO DIZ EM NOTA QUE NÃO PRATICOU SOBREPREGO NA CONTRAÇÃO DO INTS

Governo do Estado aciona Conselho Nacional do Ministério Público contra recomendações do MPBA e MPF (Com informação da Secom)

Tasso Franco , da redação em Salvador | 01/07/2020 às 00:32

Curtir 0

Tweet



Paulo Moreno, PGE, contesta o MPBA

Foto:

O Governo do Estado esclarece que não há qualquer sobrepreço na contratação da organização social Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS). O fundamento da conclusão dos membros do Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE) sobre este ponto se ampara na Nota Técnica nº 13/ 2020/CGU - Regional/BA. Entretanto, como consta na própria recomendação, trata-se de documento “em análise inicial”, não sendo tal documento do conhecimento do Estado da Bahia, o que impede seja o mesmo sequer contraditado.

Diferentemente do alegado na recomendação, a planilha apresentada pela organização social não traz registro de incidência de INSS patronal, sendo que os demais itens indicados (Sesi/Sesc, Incra, Sebrae, Salário Educação, RAT/FAT e PIS), considerando que o INTS possui o Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS), foram e continuarão sendo glosados pela Secretaria da Saúde (Sesab). Ou seja, ainda que

conste na planilha da contratada, o Estado realizará as devidas deduções nas faturas seguintes.

O Governo do Estado destaca ainda que tal situação poderia ter sido aferida pelos próprios membros do MP aguardassem a manifestação da Sesab, o que não ocorreu, uma vez que, embora tenham solicitado, mediante ofício, que a Sesab encaminhasse “no prazo de 10 dias úteis, em meio eletrônico, todos os processos de pagamentos relativos ao contrato de gestão nº 051/2020”, sequer aguardaram o decorrer do prazo para expedir a recomendação e com ela releases para a imprensa alardeando suposto e não provado sobrepreço. Isto em menos de um dia útil do ofício solicitando documentação.

O ofício foi recebido na Sesab no dia 26 de junho e a recomendação expedida em 29 de junho, quando o prazo para a resposta dado pelo próprio MP somente teria o termo final em 10 de julho. Este procedimento, pela manifesta incongruência, deverá passar pelo crivo do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive para que o Estado possa ter um direcionamento de como se posicionar em situações como estas, que claramente traduz posições antagônicas.

“Não me parece razoável a posição do Ministério Público neste particular, com todo respeito que tenho às instituições e a seus membros. O objetivo da informação buscada pelo ofício acima somente pode estar vinculada à identificação da existência de pagamento de valores considerados indevidos. Ora, sem aguardar a resposta no prazo que foi estipulado pelo próprio requerente, toma como certo aquilo que, em tese, buscava aferir. A despeito da necessidade desta informação, o que, imagino, para fazer um juízo sobre eventual constatação de equívoco pelo Estado, precipita-se com as recomendações indicadas”, destaca o procurador-geral do Estado, Paulo Moreno Carvalho.

Por outro lado, ao tratar de sobrepreço, o MP deveria indicar a sua definição do justo preço. Para o Estado, vale aquele definido pela União, por meio de Portaria do Ministro da Saúde, que fixa em R\$ 1,6 mil por dia o valor do leito de UTI. O valor do leito do Hospital Espanhol não é superior sequer ao valor acima, considerado pouco atrativo pelo mercado, que vem praticando preços em contratações semelhantes a R\$ 2,4 mil, chegando a R\$ 3,2 mil por leito/dia.

Portanto, o Governo do Estado entende que as alegações relacionadas a irregularidades na contratação não procedem, salvo se por motivos estranhos aos apontados na reclamação. Em contratos emergenciais sequer se exige o chamamento de outras participantes para formalizar o contrato. Neste caso, ainda que premido pela falta de tempo, uma vez que a transmissão da Covid-19 se alastrava, o Estado promoveu a comparação de preços e da capacidade técnica dos interessados, escolhendo aquele que melhor poderia atender à população.

É evidente que a falta de um grande número de participantes no certame decorreu exatamente do limite de preços fixados pelo Estado, que afastou as entidades que pretendiam lucrar mais com a pandemia. Uma pesquisa simplória dos Ministérios Públicos identificaria rapidamente que algumas cidades e estados praticam preços muito acima dos praticados pelo Estado da Bahia.

Seguramente para alcançar um maior número de interessados, como destaca a recomendação e nota publicada no site das instituições, o Estado teria que aumentar em muito o valor global do contrato, sendo rasa a mera menção ao valor total do contrato sem considerar todos os gastos envolvidos em um empreendimento como este. É fato que o Estado não aumentaria o valor contrato apenas com o objetivo de atrair interessados, medidas que, sem sombra de dúvidas, levaria ao sobrepreço, exatamente como pretende combater os Ministérios Públicos.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=7&idNoticia=126951>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/mpba-e-mpf-apontam-sobrepreco-de-r478-mil-na-gestao-do-espanhol-covid,126950,0.html>)
MPBA E MPF APONTAM SOBREPREGO DE R\$478 MIL NA GESTÃO DO ESPANHOL COVID
(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/mpba-e-mpf-apontam-sobrepreco-de-r478-mil-na-gestao-do-espanhol-covid,126950,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/mpba-e-mpf-apontam-sobrepreco-de-r478-mil-na-gestao-do-espanhol-covid,126950,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/mpba-e-mpf-apontam-sobrepreco-de-r478-mil-na-gestao-do-espanhol-covid,126950,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/07/01/mpba-e-mpf-apontam-sobrepreco-de-r478-mil-na-gestao-do-espanhol-covid,126950,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>)
Estrangeiro com filho brasileiro não pode ser expulso do país, diz STF
(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/estrangeiro-com-filho-brasileiro-nao-pode-ser-expulso-do-pais-diz-stf,126887,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>)
Ex-chefe F1 diz que muitas vezes 'negros são mais racistas q brancos' (<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>)
(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/ex-chefe-f1-diz-que-muitas-vezes-negros-sao-mais-racistas-q-brancos,126884,0.html>)

MPT obriga agências do Bradesco de Feira de Santana a receber fiscais (<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/direito/noticia/2020/06/26/mpt-obriga-agencias-do-bradesco-de-feira-de-santana-a-receber-fiscais,126878,0.html>)

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Cartão de embarque

A Anac aprovou nesta quarta (1º) o edital e o contrato de concessão da sexta rodada de aeroportos, que reúne 22 terminais. Os documentos jurídicos seguiram para a análise do TCU. Após passar pelo tribunal de contas, o projeto volta para a agência fazer o lançamento do edital. Internamente, o aval foi voisto com alívio no Ministério da Infraestrutura porque passa a mensagem de que o programa de concessões está de pé, justamente no setor aéreo, o mais afetado pela pandemia.

ASA Dentro da agência, a expectativa é que seja possível dar os próximos passos da concessão ainda neste ano, mas, por causa da crise da Covid-19, o processo pode escorregar para 2021. O Ministério da Infraestrutura já trabalha com a estimativa de que aconteça no primeiro trimestre.

SERTANEJO De olho na onda de lives que explodiu na quarentena, o Procon-SP multou em R\$ 21,7 mil uma empresa que fez propaganda em uma live da dupla Simone & Simaria. A multa foi a Vale Sorte, que faz intermediação de venda de títulos de capitalização da modalidade filantropia premiável da empresa Aplub, em que o cliente faz uma doação e concorre a prêmios em dinheiro ou carros.

SOM Fernando Capez, secretário de defesa do consumidor de SP, diz que a Vale Sorte promove sua venda de títulos de capitalização estimulando as pessoas a doar para entidades de caridade na pandemia, mas deu ao cliente a impressão de que a aquisição do título automaticamente encaminharia a doação ao Hospital do Câncer de Londrina.

CLIQUE "Para completar a doação, a pessoa teria de adotar uma série de outros procedimentos. Elas não sabiam disso. Essa falta de clareza nas regras induziu o consumidor a adquirir os títulos de capitalização imaginando que haveria transferência imediata de valores às entidades, o que não acontecia na prática. É publicidade enganosa", diz Capez.

OUTRO LADO Procurada pela coluna, a Vale Sorte diz que não foi notificada. "Nos nossos eventos e lives, os consumidores são amplamente informados, na transmissão e no site, sobre o regulamento e informações para a aquisição dos títulos de capitalização modalidade filantropia premiável, emitidos pela Aplub Capitalização e conforme regulamentos da Susep", diz.

VOZ Assessoria de imprensa de Simone & Simaria afirma que o contrato da dupla tem cláusula que assenta de culpa ou responsabilidade perante produtos e serviços prestados pelos patrocinadores.

CONTRA A CORRENTE De acordo com o Datafolha, entre os brasileiros que acreditam que a pandemia está piorando no Brasil, 73% avaliam que o presidente Jair Bolsonaro mais atrapalha do que ajuda no combate ao coronavírus.

COPO MEIO VAZIO Já na parcela que vê a situação melhorando, 36% avaliam que Bolsonaro atrapalha. E, para 56% deles, o presidente ajuda, segundo a pesquisa, realizada entre os dias 23 e 24 de junho.

FORNO As vendas de máquinas panificadoras, que viraram febre na quarentena, registraram alta de 243% no Mercado Livre no período de 17 de março a 2 de junho, na comparação com o mesmo intervalo do ano passado, segundo a empresa.

RECEITA O hábito de fazer pães em casa virou mania em muitos em isolamento social, não só no Brasil. Em Portugal, a corrida por farinha e fermento foi chamada de "pãoemia".

CANETA A CNI (Confederação Nacional da Indústria) assinou nesta terça-feira (30) uma declaração com a União Industrial Argentina, a União Industrial Paraguai e a Câmara de Indústrias do Uruguai em defesa da importância do Mercosul para o crescimento do setor.

FRONTEIRA Segundo o entendimento, o documento também pede mais diálogo entre o setor privado e os governos do grupo. A declaração foi aprovada por representantes do conselho industrial do Mercosul na véspera da reunião da cúpula dos presidentes do bloco, que será online nesta quinta (2).

FRIGIDEIRA Estudo da Fiesp sobre o agronegócio projeta um crescimento de cerca de 5% no consumo doméstico de ovos em dez anos.

GEMA Pelas contas da entidade, o número de caixas de 30 dúzias produzidas deve saltar de aproximadamente 120 milhões para 176 milhões, sendo a região Sudeste responsável por quase metade da produção regional da proteína (48%), seguida pelas regiões Sul (19%) e Nordeste (17%).

com Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência junho*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%
*O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na carteira e Grande SP

Empregado	De 7,5% 97,04	Máximo em R\$
Empregador	20%	250,50
	14%	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 jul. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

TCU enviará à Procuradoria 'casos mais escandalosos' de fraude no auxílio de R\$ 600

Beneficiários poderão ser processados criminalmente; tribunal detectou 620 mil pagamentos irregulares, inclusive para mortos

Julio Wiziack

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu, nesta quarta-feira (1º), enviar ao Ministério Público Federal uma lista com os beneficiários que supostamente cometeram fraudes para receber indevidamente o auxílio emergencial de R\$ 600. Os auditores identificaram pagamentos para aposentados, servidores e até mortos.

Diante das graves irregularidades, o ministro relator do processo, Bruno Dantas, decidiu enviar os "casos mais escandalosos" ao MPF (Ministério Público Federal) para que os beneficiários sejam processados criminalmente.

Há, por exemplo, aposentados da Justiça Federal e do Banco Central na lista do socorro do governo com aposentadorias de R\$ 25 mil e R\$ 50 mil por mês.

Caberá ao MPF investigar cada situação e, eventualmente, processá-los criminalmente caso se confirme o dolo.

"Essa decisão se dirige apenas ao grupo de pessoas repugnantes, insensíveis e desprovidas de senso de ética, empatia e solidariedade com os que verdadeiramente dependem desses R\$ 600 para comprar comida para si e para suas famílias", disse à Folha o ministro Bruno Dantas, relator do processo.

No julgamento, Dantas afirmou que a área técnica responsável (Secretaria de Previdência) verificou a existência de pagamentos a 17 mil pessoas que morreram, 235 empregados com faturamento elevado e servidores, dentre outros. Os números foram obtidos após cruzamento com mais de 70 bases de dados disponíveis.

O plenário acompanhou o voto do relator, que também determinou aos ministérios envolvidos, particularmente o da Cidadania, que conduza ações para o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.

Essa proposta não foi diferente daquela dada em outro processo envolvendo o Ministério da Defesa, que já recuperou R\$ 16 milhões até meados de junho pagos indevidamente a 25 mil militares que receberam a ajuda emergencial. Ainda faltam cerca de 28 mil oficiais a devolverem os recursos aos cofres públicos.

Situação similar está em andamento com os casos envolvendo pessoas de alta renda, parentes de empresários ou de servidores que tiveram o nome aprovado pelo governo para a ajuda.

A proposta de Dantas é que escapem da devolução só aqueles que comprovarem terem sido alvo de fraudes ou que, ao contrário, tenham como demonstrar o direito ao recurso.

Segundo o relatório da área técnica, os valores pagos indevidamente podem chegar a R\$ 1,3 bilhão caso não sejam interrompidos imediatamente. Durante o julgamento, três ministros também protestaram sobre os achados da área técnica, além do relator.

"A maior crise que a gente enfrenta é a crise moral, e esse caso mostra bem isso", disse o ministro Augusto Sherman. O ministro Vital do Rêgo fez um breve apanhado de casos anteriores em que houve auditoria na distribuição de terras a políticos pelo Inca e pagamento de seguro-defeso a empresários.

"Que Brasil de brasileiros que burlam é esse? Quero crer que esse tipo de Brasil é o da minoria", disse Vital do Rêgo.

O relatório do TCU será enviado ao Congresso e à Casa Civil do Palácio do Planalto. O monitoramento do auxílio emergencial é uma das medidas adotadas pelo TCU para verificar os gastos públicos durante a pandemia.

Segundo o tribunal, conforme informações consolidadas de abril, foram pagos, somente no primeiro mês de vigência do socorro do governo, R\$ 35,8 bilhões a 50,2 milhões de beneficiários.

Em 2019, somente com o Bolsa Família, foram gastos R\$ 32,5 bilhões.

Em maio de 2020, foram pagos R\$ 41 bilhões a 58,5 milhões de beneficiários, considerando pagamentos da primeira e segunda parcelas.

Um desses relatórios de monitoramento já havia apontado que cerca de 8,1 milhões de pessoas poderiam ter recebido indevidamente o auxílio emergencial, por erro de inclusão.

Outros 2,3 milhões poderiam ter tido o auxílio emergencial negado indevidamente, por erro de exclusão. Além dos problemas com os

Essa decisão se dirige apenas ao grupo de pessoas repugnantes, insensíveis e desprovidas de senso de ética, empatia e solidariedade com os que verdadeiramente dependem desses R\$ 600 para comprar comida para si e para suas famílias

Bruno Dantas ministro do TCU, relator do processo de fraudes no auxílio emergencial

BB PRETENDE EMPRESTAR R\$ 3,7 BI PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Banco do Brasil pretende conceder o crédito dentro do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A linha tem garantia da União e juros mais baixos que os praticados no mercado. Das 4,5 milhões de empresas elegíveis, 2,3 milhões são clientes do Banco do Brasil, diz a instituição. A oferta começa quase quatro meses após a chegada do novo coronavírus no país

Fábio Pupo

BRASÍLIA Após anunciar a prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 por dois meses, o governo liberou mais R\$ 101,6 bilhões para o Ministério da Cidadania executar a medida. Com isso, a previsão de custo total do programa passa a ser de R\$ 254,2 bilhões.

O montante previsto agora representa um crescimento de 18% em relação aos R\$ 98 bilhões liberados inicialmente, em 2 de abril. Devido a uma demanda superior à inicialmente estimada, o programa já havia recebido mais R\$ 25,7 bilhões em 24 de abril último.

O auxílio é a medida anticrise que mais demanda recursos dentre as criadas pelo governo durante a pandemia, e seu custo já representa mais que o dobro do déficit primário registrado pelo governo em 2019 (rombo de R\$ 95 bilhões).

Tirando da conta o socorro enviado a estados e municípios, feito com diferentes iniciativas, a segunda maior cara medida tomada pelo governo na pandemia é o benefício emergencial concedido a trabalhadores com salário reduzido ou suspensão de contrato (com custo previsto de R\$ 51,6 bilhões, ou cerca de um quinto do auxílio emergencial).

Na terça (30), o governo anunciou mais dois meses de auxílio equivalente a R\$ 600 mensais. Não foi revelado como será o pagamento, já que o governo informou um possível fracionamento do valor em mais de um depósito mensal. Até agora, os recursos foram liberados por meio de quatro MPs desde abril, que abriram créditos extraordinários (instrumento que não entra na conta do teto de gastos e pode ser usado em momentos de calamidade).

Mais de 1 milhão de contribuintes caem na malha fina; 32 milhões declararam o IR

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A Receita Federal divulgou nesta quarta (1º) que 31,98 milhões de declarações do Imposto de Renda foram enviadas dentro do prazo, que terminou na terça-feira (30). A expectativa do fisco era que 32 milhões de contribuintes enviassem a prestação de contas neste ano.

Na comparação com 2019, a Receita registrou aumento de 4,3% nos envios feitos no prazo. No ano passado, foram 30,6 milhões, de uma previsão inicial de 30,5 milhões.

No estado de São Paulo, o total de declarações submetidas bateu a expectativa definida pelo governo —10,3 milhões de contribuintes enviaram o IR no prazo.

Segundo o secretário da Re-

ceita, José Tostes Neto, 1 milhão de declarações já estavam na malha fina no dia 29 de junho. O principal motivo para reter uma declaração é a omissão de rendimentos —42,2% dos contribuintes com declarações retidas deixaram de informar o salário.

As deduções foram o segundo motivo mais comum a levar as declarações à malha fina, e 33,3% tratavam de despesas médicas.

Neste ano, o prazo para o envio das informações fiscais de 2019 à Receita foi alongado por dois meses devido à pandemia. Balanço divulgado pela Receita em 2 de abril apontava que apenas 9,1 milhões de declarações tinham sido enviadas. No dia 1º daquele mês o órgão anunciou que esticaria o prazo de envio.

R\$ 165,74

é o valor mínimo da multa para quem não entregou a declaração do IR no prazo, encerrado na segunda (30)

Os contribuintes que não entregaram a declaração do IR até o dia 30 já podem fazer a prestação de contas no sistema. Haverá cobrança de multa que varia de R\$ 165,74 até 20% do imposto devido em 2019.

Apesar do prazo esticado para o envio das declarações, a Receita Federal manteve o calendário de pagamento de restituições, que é a devolução do imposto pago a mais pelo contribuintes pessoa física no ano anterior.

Os dois primeiros lotes de restituições já foram pagos. Os próximos pagamentos serão feitos no dia 31 de julho, quando 4,9 milhões de contribuintes receberão R\$ 5,6 bilhões em imposto devolvido.

A Receita estima que 19,1 milhões de contribuintes terão direito à restituição.



Motorbóys protestam na rua da Consolação, em São Paulo, por melhor remuneração em entregas por apps



Karime Xavier e Rivaldo Gomes / Folhapress

Superávit da balança cai 10,3% no 1º semestre

BRASÍLIA A balança comercial brasileira encerrou o primeiro semestre de 2020 com superávit de US\$ 23 bilhões. Embora siga em patamar positivo, o saldo é 10,3% mais fraco do que o registrado nos primeiros seis meses de 2019.

O resultado é o pior para o período em cinco anos. Na comparação com o ano passado, o valor das exportações brasileiras caiu 6,4%. Também houve queda nas importações, de 5,2%.

As exportações do setor agropecuário somaram US\$ 26,2 bilhões, uma elevação de 23,8% na comparação com período equivalente do ano passado.

Houve retração de 31,6% das exportações para os EUA e recuo de 10,6% para a UE. As vendas para países da América do Sul caíram 28,1%. Para a China, no entanto, o valor da exportação registrou alta de 14,9% no semestre. Com o aumento, a participação dos chineses saltou para 35% de todo o valor exportado pelo Brasil. No primeiro semestre do ano passado, o patamar era de 28,5%.

Entregadores de app param por melhores condições de trabalho

Em SP, manifestação dura mais de sete horas; outras capitais também têm atos

Paula Soprana e
Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Entregadores de aplicativos realizaram nesta quarta-feira (1º) o primeiro protesto nacional por melhores condições de trabalho. E, apesar de carregarem isopores nas costas estampando marcas dessas empresas, não são funcionários e nem têm como pauta o pedido de carteira assinada — embora o movimento sindical tenha incluído o pleito em sua pauta.

As principais reivindicações do “Breque dos Apps”, como foi chamado o movimento, são o aumento do valor por quilômetro rodado e do pagamento mínimo, além do fim dos bloqueios (quando são impedidos de trabalhar) considerados injustificados.

Há a proposta de preço mínimo de R\$ 9 por corrida em todos os apps, com R\$ 2 por quilômetro adicional.

Os motoristas também reclamam de passar muito tempo aguardando pelos pedidos em restaurantes e do desabastecimento de itens básicos como álcool em gel.

As manifestações em São Paulo duraram mais de sete horas em um trajeto que

percorreu boa parte da área nobre da cidade e passou por pontos turísticos como o Masp. Foram registrados protestos também em outras capitais, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Recife.

O protesto estava marcado havia cerca de um mês e recebeu apoio de consumidores e de bares e restaurantes em redes sociais. O trabalho dos entregadores ficou ainda mais visível na pandemia, já que cresceu o número de pedidos de quem não quer sair de casa.

Ao fim do dia, foi aberta uma enquete entre os entregadores para decidir quando será o próximo ato. As datas propostas vão de 8 a 12 de julho.

A concentração começou às

9h e, por volta das 10h, cerca de 500 motorbóys já estavam reunidos no SindimotSP, sindicato de mensageiros motociclistas, ciclistas e mototaxistas do estado.

Junto a bags de marcas como iFood, Uber Eats e Rappi, os trabalhadores carregavam bandeiras da UGT e do Sindicato dos Comerciantes. Paralelamente, outro grupo já se concentrava na avenida Paulista em frente ao Masp.

A manifestação foi descentralizada até o início da tarde, mas os grupos tinham pleitos semelhantes.

Por volta das 15h, o grupo ligado ao sindicato e independente, que estava no Masp, rumou à ponte Estaiada Octávio Frias de Oliveira, na zona sul. A manifestação terminou por volta das 16h30 e reuniu cerca de mil entregadores, segundo organizadores.

Além do aumento das taxas que recebem por entrega em apps como iFood, Uber Eats e Rappi, os sindicalizados defendem a aprovação de um projeto de lei que regulamenta o pagamento de adicional de periculosidade a motorbóys.

“O motorfretista paga a moto dele, o combustível dele, o INSS dele, o seguro de vida de

le para chegar a ganhar uma taxa de R\$ 0,62 por entrega por quilômetro? O aluguel de uma moto em São Paulo é de R\$ 622 por mês. Isso é exploração”, diz Marcos Alves, da diretoria sindical.

Segundo ele, há cerca de 15 mil motorbóys com carteira assinada em São Paulo. A AMABR (Associação dos Motorfretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil) diz que devem ser de 50 mil a 70 mil entregadores na cidade.

“Trabalho das 7h às 23h, meia-noite, para ganhar R\$ 3.000 por mês. Pagando todo o resto dos custos”, diz o motorbóy Davi Alexandre, de São Bernardo.

Empresas dizem que manifestações são legítimas

OUTRO LADO

As empresas afirmam que manifestações são legítimas.

Nesta quarta, a Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia), que reúne empresa como Uber, 99 e iFood, disse, em nota, que suas associadas não têm es-

queima de pontuação para a distribuição de pedidos e que elas afirmaram que a participação nos protestos não gerariam punição ou bloqueio.

A Uber Eats destacou que “não houve diminuição nos valores pagos” e que entregadores com Covid-19 recebem auxílio financeiro por até 14 dias.

O iFood afirmou que entregadores são desativados quando há evidências de extravio de pedidos, fraudes de pagamento ou cessão da conta para terceiros, por exemplo.

A empresa disse que não dá pontos aos entregadores e que o valor médio recebido pelos entregadores por hora em maio foi de R\$ 21,80, sendo o valor mínimo por rota de R\$ 5.

A Rappi informou que seu programa de pontuação foi criado “para que os entregadores com um maior número de pontos possam ter preferência para receber pedidos, criando mais oportunidades para eles e uma melhor experiência para nossos clientes”.

A empresa disse que oferece seguro para acidente pessoal, invalidez permanente e morte acidental.

Ainda de acordo com Rappi, 75% dos entregadores em sua base ganham mais de R\$ 183 por hora de trabalho.

Em nota, o Cabify afirma que a categoria de entrega possui as mesmas regras do serviço de passageiros e que o critério de seleção é por distância e avaliação.

A 99Food esclarece que “respeita o direito à liberdade de expressão e manifestação dentro dos limites legais”.

Secretário lista 12 empresas a serem desestatizadas

SÃO PAULO O secretário de desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou nesta quarta-feira (1º) que o governo pretende fazer a privatização ou concessão de 12 estatais em 2021. Os planos seguem o cronograma do BNDES e também podem incluir outras desestatizações, a depender da duração da crise do coronavírus.

O projeto inicial para o próximo ano inclui a privatização da ABGF (Associação Brasileira Gestora de Fundos), da Eletrobras, da Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados), da Cegesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), da Ceasaminas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais) e da Codesa (Companhia de Docas do Espírito Santo) já no primeiro semestre.

A venda da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), da Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), da Dataprev (Empresa de Tecnologia de Informações da Previdência), dos Correios e da Telembrás está prevista para o período entre julho e dezembro do próximo ano.

Em apoio, restaurantes usam delivery próprio

Isabela Bolzani
e Marília Miragaia

SÃO PAULO Em apoio aos protestos promovidos por entregadores de aplicativos, bares, cafés e restaurantes desativaram sua presença nos apps e promoveram ações para diminuir possíveis perdas com a queda das entregas.

Além de descontos para clientes que optavam por retirar o pedido no local, alguns estabelecimentos também fizeram entregas no entorno, com carros próprios.

Para muitos desses estabelecimentos, o delivery tem sido a principal fonte de receita desde março, quando governos estaduais e municipais fecharam serviços não essenciais para tentar deter o avanço do coronavírus.

Segundo estimativa da Abrasel (Associação de Bares e Restaurantes), 40% dos bares e restaurantes do estado de São Paulo podem fechar as portas em definitivo até o término da crise.

Mesmo sem um sistema de

delivery próprio, a cozinheira Roberta Julião, 34, dona do café Da Feira ao Baile, decidiu não vender seus doces e tortas por meio de aplicativos. Nesta quarta (1º), a marca só trabalhou com a retirada feita por clientes.

“É uma decisão difícil fechar o aplicativo porque é a única coisa que está dando faturamento neste momento. Mas, se os entregadores querem fazer barulho, quanto maior a adesão, mais fácil de eles conseguirem algo”, diz.

Além da redução nos pedidos durante o horário de almoço (que caíram de cerca de 60 para 30), Roberta Julião também teve de transferir a produção de sua cozinha industrial, em Pinheiros, para o espaço do café, nos Jardins, que estava fechado — onde conseguia atender melhores clientes que foram buscar a comida. Sem ter se pagar taxas às empresas de entrega, a cozinheira pôde dar 15% de desconto nos pedidos retirados ali.

A Torteria, que tem unidades em Pinheiros, Higienó-

polis e no Morumbi, também avisou clientes por redes sociais de que permaneceria com aplicativos desligados.

“Sem motorbóy, a gente não estaria funcionando. Queremos enfatizar a importância desse trabalho no instante em que os restaurantes estão passando pelo seu pior momento”, diz Fernando Martins, 37, proprietário. A casa fez atendimento por retirada nesta quarta, oferecendo desconto de 10% nas compras.

Segundo o presidente da ANR (Associação Nacional de Restaurantes), Cristiano Melles, não faz sentido na nossa cabeça que não haja uma condição mínima de trabalho para os motorbóys. As vendas foram menores, mas eles são importantes no processo, e o pleito está dentro da normalidade.”

Ele afirma que os estabelecimentos pagam uma média

de 20% a 25% do que vendem aos apps. “É muito caro, principalmente para um setor que não consegue ter uma rentabilidade maior do que 8%”.

Telma Shiraiishi, 50, chef do japonês Aizomê, no Jardim Paulista, também decidiu desligar aplicativos. “Os entregadores são uma extensão do nosso trabalho. A situação é complexa, tem muitos lados envolvidos. Mas a ideia é conscientizar, chamar a atenção para essa questão”, diz a chef.

Sem o uso de app, a operação da casa caiu a um quarto do normal. Além de incentivar os clientes a retirarem na casa, o restaurante também atendeu algumas entregas com carro próprio, com escala menor.

O presidente da Abrasel, Percival Maricato, disse que a entidade não poderia se posicionar contra o protesto.

“A gente acaba amargando certo prejuízo, mas nem por isso nos posicionamos contra o protesto da categoria [de entregadores]. Os aplicativos precisam melhorar”, afirmou.

ABINDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Paulista, 575 - 11º andar - Cx. 1211 - CEP 01311-911 - São Paulo - SP
Consultando as possíveis empresas representadas comerciais da empresa: GEOSATIS S.A. - CNPJ 3143.32.619, localizada à Rua Saint Hubert, 7, 2300 - Le Moineaux - São Paulo - SP
representa, presta suporte técnico e prover garantia do produto: GEOTAG / GEOSATIS, ferramenta integrada de gerenciamento, monitoramento e instrumentação (fornecedora R&E IN-ANALITE 5214) se manifestarem com a devida comprovação em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exatidão. Caso não haja qualquer manifestação, os termos de referência praz. sua expedição à Declaração de Representação Comercial Exatidão. São Paulo, 02 de julho de 2020.



PODER JUDICIÁRIO

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Marcelo Guerra Martins - MM, Juiz Federal da 17ª Vara da Justiça Federal, 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.,

Faz saber a todos quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo tramita nos termos legais os autos do processo nº 0549563-80-1983 403.0100, ação de desapropriação, distribuída em 28/07/1993, protocolizada em 28/07/1993, proposta por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, em face de CARLOS SEIKAM NAKAHARA - CPF N. 537.520.518-20, MIRIAM TIE SHIKAWA NAKAHARA - CPF N. 677.507.478-91, SERGIO MAMORU NAKAHARA YASUOKA - CPF N. 677.530.868-04, VERA LUCIA TIECO NAKAHARA YASUOKA - CPF N. 956.592.188-46, MARIO TADASHI NAKAHARA YASUOKA - CPF N. 885.265.388-03, ELIZABETH YASUOKA ENCKOHARA - CPF N. 152.195.328-71 e SERGIO KIMIO ENCKOHARA - CPF N. 093.940.688-80, para o fim de servidão administrativa - intervenção do estado na propriedade - direito administrativo, destinada à passagem da linha de transmissão entre as subestações de Foz do Iguaçu e São Roque, ruína faixa de terra de 72 metros de largura, nos termos desta ação referenciada. Expediu-se este para possibilitar a expropriação, ou quem suas vezes fizer, o levantamento da importância correspondente ao valor da oferta inicial, bem como da quantia depositada pela expropriante referente à diferença da condenação com os acréscimos legais. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital para conhecimento de terceiros interessados, com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos e para os fins previstos no art. 34 do Decreto-Lei 3365/41, que trata o procedimento previsto pelo Código de Processo Civil. São Paulo, 29 de maio de 2020.

Marcelo Guerra Martins
Juiz Federal



Polícia cumpre mandados em sete estados em investigação que apura superfaturamento na compra de testes de Covid-19

Operação Falso Negativo investiga irregularidades na compra sem licitação pelo governo do Distrito Federal

Rayanderson Guerra

02/07/2020 - 08:18 / Atualizado em 02/07/2020 - 09:20

RIO — O Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) e a Polícia Civil deflagaram na manhã desta quinta-feira a Operação Falso Negativo, que apura irregularidades na compra de testes de Covid-19 pelo governo do Distrito Federal em sete estados e no DF. De acordo com o MP, são cumpridos 74 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, e em outros sete estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

As investigações apontam indícios de superfaturamento na compra dos testes rápidos. Os investigadores dizem ainda que houve a troca de marcas de testes por outras de qualidade inferior. Segundo o MPDFT, os contratos com dispensa de licitação ultrapassam R\$ 73 milhões. O prejuízo é estimado em cerca de R\$ 30 milhões.

A polícia e o MP investigam se os envolvidos cometeram crimes como fraude a licitação, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e cartel.

O governo do Distrito Federal diz que "todos os testes comprados, recebidos através de doações ou enviados pelo Ministério da Saúde tem o certificado da Anvisa e portanto foram testados e aprovados pelo órgão Federal".

"Quanto aos preços, representam os valores praticados no mercado e as compras foram efetuadas avaliando as marcas apresentadas, os certificados de qualidade e os menores preços apresentados pelas empresas nas propostas."

Veículo: Estadão	
Data: 02.07.2020	Caderno: Economia



Estados, municípios e Justiça ficam contra empresas ao negarem prorrogação do pagamento de tributos

Fernanda Dias Nogueira*

02 de julho de 2020 | 05h00

Fernanda Dias Nogueira. FOTO: DIVULGAÇÃO

Desde que crise do coronavírus se espalhou pelo Brasil, diversas empresas têm requerido no Judiciário a prorrogação do pagamento de tributos estaduais e municipais. O objetivo é suspender a exigibilidade de créditos tributários que

não foram contemplados com qualquer medida voltada a minimizar a carga tributária ou sequer tiveram seus prazos para pagamento prorrogados.

No entender das empresas contribuintes, o pedido, apesar de justo, nem precisaria ser feito, pois seria natural que os tributos estaduais e municipais também fossem abarcados, assim como os tributos federais, às medidas de combate à calamidade pública, conforme autorização da Portaria MF nº 12, de 20 de janeiro de 2012.

Mas não foi o que aconteceu nem após os pedidos.

Num primeiro momento, acumularam-se diversas decisões a favor dos contribuintes junto aos juízos de primeira instância. Mas na sequência dos processos, se consolidou uma forte tendência dos Tribunais de todo o país, e ainda, da instância superior (Supremo Tribunal Federal), de generalizar e indeferir todos os pedidos.

A argumentação tem seguido dois argumentos principais: (i) não cabe ao Poder Judiciário substituir os administradores públicos do interessado na tomada de medidas de competência privativa deste, sob pena de violação ao princípio de separação dos poderes e (ii) inexistente lei que autorize a moratória pretendida.

No Estado de São Paulo, E. Presidência do Tribunal de Justiça determinou a suspensão de liminares em Mandados de Segurança que objetivavam a

suspensão da exigibilidade dos créditos tributários relativos ao ICMS durante a pandemia ocasionada pela covid-19, em Incidente de Suspensão de Liminar e Segurança (processo nº 2066138-17.2020.8.26.0000) proposto pela Fazenda Estadual.

Entre os fundamentos, segundo o presidente Desembargador Geraldo Francisco Pinheiros Franco, “a intenção dos magistrados foi a melhor possível, é inegável. De encômios são merecedores todos os que buscam, no Poder Judiciário, soluções aptas à superação do difícil e inédito panorama. Entrementes, o momento atual exige calma. A coordenação, a ser exercida pelo Poder Executivo, é imprescindível. Somente uma organização harmônica e coerente ensejará a adoção das medidas necessárias e abrangentes. Daí a imperiosa suspensão das decisões liminares, que ora determino”.

Enquanto isso, as empresas estão à beira de um colapso, tanto quanto o sistema de saúde, sem ter condições de pagar seus colaboradores, verbas rescisórias, despesas fixas, fornecedores, dívidas bancárias e mais os tributos. Ou seja, entre a cruz e a espada.

Interessante é que Estados conseguiram suspender o pagamento de dívidas com a União, por 180 dias, para que os recursos fossem aplicados nas ações de combate à pandemia da covid-19. O Supremo, nas palavras do Ministro

Alexandre de Moraes, entendeu ser esta alegação “absolutamente plausível” em virtude do atual momento “extraordinário e imprevisível”

Se não se admitir à empresa e ao cidadão, sob o jugo do Estado, que lhe priva de renda e de sua atividade, o mesmo tratamento que o próprio Estado postulou e obteve (adiamento do cumprimento das suas dívidas), seria admitir o exercício absolutista e irresponsável de poder. O Estado existe em função das pessoas e não o contrário e é nesse cenário que o Poder Judiciário precisa de coerência, tanto quanto o Executivo.

A imprevisibilidade do período de manutenção das restrições sanitárias então vigentes, agravada pela falta de consenso político que atualmente permeia a questão, justifica, por precaução, a fixação de prazo razoável de dilação dos pagamentos das exações e a possibilidade de oportuna prorrogação.

Não se trata de atuação judicial de forma genérica, tampouco usurpação de competências de outros entes. Deve ocorrer de forma excepcional, após a análise de cada caso concreto, considerando os efeitos na arrecadação e a conveniência de o Estado suportar um atraso no recebimento de tributos para garantir a subsistência da empresa, de forma que ela possa manter empregos, continuar a funcionar e prestar bens e serviços à sociedade, ou seja, cumprir sua função social.

***Fernanda Dias Nogueira, advogada tributarista, especialista em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário pela FGV/SP, sócia do escritório Machado Nogueira Advogados, podcaster Em pauta, com Fernanda Nogueira e autora do blog Tributário na prática**

ICMS: responsabilidade do marketplace

Aumentar o encargo fiscal e o compliance, não parece ser o meio mais eficaz de fomentar atividades econômicas, nem agora e nem depois dessa retração

Por **Bernardo Joanes e Luiza Guereschi**

02/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em tempos de covid-19 e isolamento social, as vendas a partir de plataformas on-line deixaram de ser uma alternativa de receita para se tornar uma questão de subsistência.

Empreendimentos se adaptam, modelos de negócio se ajustam a fim de competir em um meio novo, que exige abordagens atraentes e competitivas.

Aumentar o encargo fiscal e o compliance, não parece ser o meio mais eficaz de fomentar atividades econômicas, nem agora e nem depois dessa retração

Naturalmente, a administração pública, assistindo esta evolução, começa a criar procedimentos de controle visando garantir a arrecadação oriunda do mercado on-line. Ceará (pioneiro, a partir da Lei nº 16.904/2019), Bahia (Lei nº 14.183/2019), Mato Grosso (Leis nº 10.978/2019 e 11.081/2020) e, recentemente, Rio de Janeiro (a partir da Lei nº 8.795/2020) já possuem em vigor normas determinando que as plataformas on-line passem a assumir a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS nos casos em que o vendedor não tenha emitido nota fiscal de venda ao consumidor final.

Se valendo dos exatos termos da justificativa constante no Projeto de Lei nº 2.023/2020 (que deu origem a norma fluminense), o Estado busca “um melhor acompanhamento pelo Fisco em relação a tais operações, inclusive quando realizadas por Microempreendedores Individuais”, deixando claro quem é o alvo do ímpeto arrecadatário.

Mas seria essa atribuição de responsabilidade tributária legal? E quais são as consequências de tais medidas? É o que se propõe a discutir.

Para falar de responsabilidade tributária, primeiramente, é preciso deixar claro que existem diferentes relações jurídicas em análise.

Em uma primeira relação figuram o responsável pela divulgação da mercadoria à venda e o fornecedor de fato do produto, respectivamente marketplace (ou plataforma on-line) e vendedor contratante da plataforma para divulgação do seu produto.

Em uma segunda relação jurídica figura o consumidor final, que adquire produtos/serviços de um determinado vendedor. Sendo válido salientar que o consumidor final compra do vendedor, ainda que compre em uma plataforma.

No ordenamento jurídico, atribuir responsabilidade a outrem pelo crédito tributário, tem previsão no artigo 128 do Código Tributário Nacional, que autoriza a atribuição a terceiro desde que haja previsão expressa em lei e o contribuinte esteja vinculado ao fato gerador da respectiva obrigação fiscal.

Entretanto, vinculação não pode ser entendida como um conceito irrestrito. Parece razoável que essa ligação se dê com o aspecto material do fato gerador, ou seja, com a ação que dá origem à obrigação tributária.

Os tribunais superiores parecem concordar. A discussão sobre a legalidade de atribuição de responsabilidade tributária consolidada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (exemplo do RE 213.396-SP) sempre parte da premissa de que se está diante de uma técnica de arrecadação. Nesses termos, é atribuída responsabilidade a um elo da cadeia produtiva para concentrar o recolhimento do

ICMS, uma mera realocação de posição na cadeia. Em outras palavras, o contribuinte já seria afetado pelo ICMS de qualquer maneira.

O que propõem o Convênio ICMS nº 106/2017 e as normas estaduais já citadas é a atribuição de responsabilidade de recolhimento do ICMS por um prestador de serviços, contribuinte do ISSQN. Poderia a plataforma on-line ser vinculada a este fato, mesmo quando não realiza essas operações ou não possui ingerência sobre a mercadoria vendida?

Com a nova atribuição, as plataformas precisarão rever seus controles internos e operacionais, uma vez que procedimentos como emissão de Nota Fiscal Avulsa ou até mesmo obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal por Microempreendedor Individual, podem variar de acordo com a legislação de cada um dos Estados.

Vale lembrar que Estados como Rio de Janeiro podem penalizar seus contribuintes pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas à falta de emissão de documentos fiscais em 5% do valor da operação sem prejuízo da cobrança do próprio tributo quando cabível.

A verdade é que tais medidas não parecem incentivar pessoas físicas ou jurídicas a se valerem do meio digital como forma de renda e, conseqüentemente, desestimula novos investimentos no setor do e-commerce.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em recente audiência pública com empreendedores e representantes de startups, debateu o impacto do coronavírus na economia, tendo sido consenso entre os participantes a importância da redução da burocracia para que as empresas possam se desenvolver.

Temos que ter em mente que o empresário brasileiro, mesmo que bem-preparado para situações adversas, precisará de fôlego para se recuperar da grande paralisação econômica com o covid-19. Aumentar o encargo fiscal e o compliance, não parece ser o meio mais eficaz de fomentar atividades econômicas, nem agora e nem depois dessa retração.

A nova atribuição de obrigações tributárias nos parece um procedimento na contramão do discurso de desburocratização e redução de custos administrativos internos como meio para fomentar investimento na economia a partir iniciativa privada.

Cabe a nós a reflexão da importância no desenvolvimento da tendência global do mercado on-line e nos atentar que leis como estas desestimulam uma evolução natural do consumo.

Bernardo Joanes e Luiza Guerreschi são, respectivamente, sócio e advogada do escritório Rennó, Penteado, Reis e Sampaio Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Após saneamento, Lei do Gás é nova aposta

Ministério da Economia quer reformas regulatórias e selo da OCDE para atrair grandes fundos de investimento

Por Daniel Rittner — De Brasília

02/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Diogo Mac Cord: país precisa de investimentos de R\$ 8,7 trilhões em 20 anos — Foto: Claudio Belli/Valor

De olho na atração de capital estrangeiro para impulsionar a infraestrutura e acelerar a retomada pós-pandemia, o Ministério da Economia identificou que apenas 22 dos 186 maiores fundos globais de investimentos já fizeram algum desembolso em projetos no Brasil. O levantamento, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), aponta que esses “superfundos” têm uma carteira de US\$ 963 bilhões - o equivalente a mais de R\$ 5 trilhões pelo patamar de câmbio atual - investidos no setor em todo o mundo.

Quanto exatamente veio parar no Brasil não foi detectado pela equipe econômica, mas seus integrantes têm uma certeza: aproveitar melhor a liquidez disponível nos mercados internacionais é fundamental para o avanço da infraestrutura no país. O secretário Diogo Mac Cord, chefe da SDI, vê dois fatores decisivos para atrair mais recursos dos fundos: marcos legais favoráveis ao capital privado e o processo de entrada na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que daria uma espécie de “selo de confiança” para esses investidores financeiros.

Siga o dinheiro

Equipe econômica quer recursos estrangeiros na infraestrutura

Os dez maiores fundos globais de investimentos

Nome	Origem	Total investido em infraestrutura (em US\$ bi)	Participação da infraestrutura na carteira total (em %)	Tem presença no Brasil?
Macquarie Infrastructure and Real Estate	Austrália	224,0	77	Sim
Brookfield Asset Management	Canadá	107,8	20	Sim
IFM Investors	Austrália	76,9	35	Não
Global Infrastructure Partners (GIP)	EUA	50,9	100	Sim
Blackstone Group	EUA	39,9	8	Sim
Allianz Global Investors	Reino Unido	29,5	5	Não
Carlyle Group	EUA	27,1	12	Sim
EIG Global Energy Partners	EUA	22,5	132	Sim
Adiant Capital Partners	Suíça	20,0	100	Não
AMP Capital Investors	Austrália	19,5	7	Não

Próximos da fila

Os projetos prioritários na área de infraestrutura

Proposta	Sobre o que é	O que prevê
PL 6.407	Gás natural	Institui o regime de autorização para novos gasodutos, dando mais liberdade aos investidores
PLS 232	Setor elétrico	Liberaliza a comercialização de energia elétrica e reduz subsídios cruzados no setor
PL 7.063	Lei geral de concessões e PPPs	Dá mais segurança jurídica e previsibilidade aos contratos poder concedente/concessionárias
PLS 261	Ferrovias	Permite novos ramais ferroviários (short lines) por meio do regime de autorização

		Regime de concessão
PL 6.549	Internet das coisas	Desonera aparelhos inteligentes usados na automação industrial e na internet das coisas
MP ou PL em gestação	BR do Mar	Amplia concorrência no transporte marítimo de cabotagem e facilita operadoras internacionais
MP ou PL em gestação	Aproxima!	Permuta de imóveis da União por serviços de interesse público, com foco em habitação popular

Fonte: SDI/Ministério da Economia

“Um grande número de gestores não tem mandato para investir em países fora da OCDE. Muitos precisam se restringir a países de menor risco e projetos de menor risco. Um dos motivos para entrarmos na organização é a possibilidade de atrairmos bilhões de dólares. Quando isso acontecer, o aporte será instantâneo por causa da oferta de projetos que temos”, afirma Mac Cord.

Só na lista dos dez maiores fundos, por exemplo, quatro não têm nenhuma operação no Brasil: os australianos IFM Investors e AMP Capital, a britânica Allianz GI e a suíça Adiant Capital Partners. Juntos, esses fundos acumulam desembolsos de US\$ 146 bilhões na área de infraestrutura.

Depois do marco legal do saneamento, que foi aprovado no mês passado e agora espera sanção do presidente Jair Bolsonaro, a nova Lei do Gás tornou-se a principal aposta do Ministério da Economia para a sequência de reformas microeconômicas e no campo regulatório. Considerando o atual estágio de tramitação e suas possíveis repercussões na cadeia produtiva, barateando o preço da energia e ajudando na competitividade industrial, Mac Cord avalia que esse projeto deve ser encarado como a maior prioridade na área de infraestrutura.

Um dos pontos mais importantes da proposta legislativa é que novos gasodutos poderão ser construídos por meio de autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) - hoje o regime é o de concessão. Se não houver mais de um interessado no mesmo duto, acabará a necessidade de licitação para os projetos. O diagnóstico da equipe econômica é que isso daria liberdade à apresentação de projetos pelo próprio setor privado, sem uma pesada máquina de planejamento estatal por trás de tudo.

“Sabe quantos gasodutos planejados pelo Estado já foram leiloados até hoje no regime de concessão?”, questiona o secretário, em tom provocativo, para ele próprio

responder imediatamente: “Zero”. A atual legislação do setor foi aprovada em 2008.

Dezessete associações e federações industriais enviaram recentemente uma carta aberta aos parlamentares pedindo pressa na aprovação do projeto (PL 6.407), que tem requerimento de urgência para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

De acordo com Mac Cord, há dois tipos diferentes de reformas microeconômicas no campo da infraestrutura. Umas tendem a destravar investimentos em obras, abrindo canteiros, como é o caso do saneamento - são esperados em torno de R\$ 700 bilhões para a universalização no fornecimento de água potável e no tratamento de esgoto até 2033. Outro tipo de reforma, como a do gás, resulta em cifras menos impressionantes de desembolsos e têm potencial menor de gerar empregos na construção civil. No entanto, há desdobramentos de grande impacto indireto para o nível de produtividade da economia como um todo.

Em ritmo mais lento de tramitação, outro projeto bem visto pela Economia é o PLS 261, que também prevê novos trechos de ferrovias por meio do regime de autorização. Mac Cord explica que a linha do governo em vários setores é estimular a elaboração de empreendimentos sob inteiro risco do setor privado, como em portos, sem depender de estudos de viabilidade e de um leilão organizados pela União. “Queremos, o máximo possível, descentralizar decisões.”

As demais iniciativas acompanhadas com atenção pela equipe econômica incluem uma reforma do setor elétrico (PLS 232), que liberaliza a comercialização de energia e reduz os subsídios cruzados, e a nova lei geral de concessões e PPPs (PL 7.063). O Ministério da Economia também participa ativamente de outras duas ações em reta final de elaboração no governo: o Aproxima! (que substituirá o Minha Casa, Minha Vida) e a BR do Mar (para estimular o transporte marítimo de cabotagem).

O ponto a ressaltar, na avaliação de Mac Cord, é que, no horizonte de 20 anos, o Brasil precisará investimentos da ordem de R\$ 8,7 trilhões para elevar o estoque da infraestrutura brasileira aos padrões internacionais. “Dada a incapacidade da poupança interna brasileira em absorver esses investimentos, é inevitável a necessidade de acesso à poupança externa.”

Indicadores sugerem queda menos drástica da economia em 2020

Tombo do PIB será muito expressivo, mas perdem força projeções de retração na casa de 7% a 10%

Por Alex Ribeiro e Ana Conceição — De São Paulo

02/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Eduardo Yuki: pico do isolamento social foi no fim de março, mas no início de abril começa a diminuir de forma voluntária — Foto: Luis Ushirobira/Valor

Três meses depois de o Brasil ser atingido pela pandemia de covid-19, as expectativas para o desempenho da economia neste ano pararam de piorar, convergindo para uma queda de 6,5%. Ainda há projeções mais pessimistas, mas a novidade é que alguns economistas começaram a falar em surpresas do lado positivo que podem aliviar um pouco a recessão.

Nesse pequeno pelotão otimista se inclui o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que disse que daqui para frente as chances de boas notícias são maiores do que de más notícias, quando anunciou na semana passada a revisão de sua previsão oficial do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de estabilidade para retração de 6,4%.

O tom esperançoso do BC se sustenta em indicadores de alta frequência mais positivos divulgados recentemente e numa aposta de que os programas de transferência de renda do governo e de fomento de crédito farão a diferença na atividade.

Os argumentos estão longe do consenso: alguns economistas ouvidos pelo **Valor** dizem que o desemprego que será causado pela pandemia nos próximos meses vai provocar uma queda de renda mais forte do que os ganhos gerados pelos programas oficiais de renda e de crédito.

Em live promovida pelo **Valor**, o economista-chefe da Verde Asset Management, Daniel Leichsenring, afirmou que indicadores sugerem uma retomada mais rápida do que a prevista meses atrás. Ele também tem viés de alta em sua estimativa de queda de 6,5%. Na semana passada, o BTG Pactual revisou a estimativa para o PIB de 2020 de -7% para -6%.

O tom dos economistas, contudo, é permeado de cautela e senões. O maior deles é a expansão da pandemia no país, que pode afetar ainda mais a atividade, caso mais medidas de isolamento tenham que ser adotadas.

No começo da pandemia, o consenso entre os analistas econômicos era de um crescimento do PIB de 2% em 2020. Desde então, as previsões não apenas pioraram, mas se tornaram mais dispersas, numa indicação de como se tornou dura a tarefa de estimar os impactos da crise. Em fins de maio, cerca de 10% dos analistas projetavam uma recessão de 8% a 10% e cerca de 5% previam queda de dois dígitos.

Mais recentemente, o grau de dispersão das projeções, medida pelo desvio padrão, caiu em um terço. Ou seja, eles parecem mais coesos numa queda de 6,5% no PIB.

“Estamos menos pessimistas no curto prazo”, afirma Lilian Ferro, economista do BTG. O banco estimava queda de 15% no PIB do segundo trimestre, na comparação com o primeiro, feito o ajuste sazonal, mas os dados de produção industrial e varejo de abril caíram menos que o esperado e indicadores mais recentes - como confiança e consumo de energia - vieram menos negativos. “A volta de maio e junho veio mais forte do que esperávamos”, diz. Por esse motivo, a expectativa para o PIB de abril a junho foi revista para queda de 9,8%.

Há, ainda, alguns analistas que fogem completamente do consenso do mercado. O economista-chefe da Panamby Capital, Eduardo Yuki, reviu nesta semana a sua projeção do PIB para uma recessão na faixa entre 4% e 4,5%. Diante de um choque muito diferente dos anteriores, dados normalmente usados para medir o pulso da economia - como vendas do comércio e produção industrial - perderam protagonismo para uma nova safra de indicadores de mais alta frequência, como dados de mobilidade do Google, consumo de energia e vendas capturadas pelas maquininhas de cartões. O Banco Central fez um mapeamento desses indicadores no seu último relatório de inflação. São eles que sugerem que, depois do fundo do poço em abril, a economia dá sinais esperançosos, ainda que nada disso amenize de forma significativa uma das recessões mais profundas da história.

Yuki afirma que o primeiro sinal de vida econômica foi dado pelo indicador In Loco, que mede a movimentação das pessoas por meio de seus celulares. “O pico do isolamento social foi no fim de março, mas no início de abril começa a diminuir de forma voluntária”, afirma. “A dúvida inicial era se as pessoas estavam apenas saindo de casa ou se esse era um indício de atividade econômica.” Os dados semanais de vendas do varejo da Cielo confirmaram que se desenhava um início de recuperação da economia. Em fins de março, o faturamento nesse indicador caiu 52%, e de lá para cá recuperou metade dessa queda. Essa tendência foi confirmada por dados tradicionais mais recentes da confiança do comércio, divulgados na semana passada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ontem, dois indicadores se somaram a eles: o índice de gerente de compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria brasileira, que voltou a superar 50 pontos, em junho, atingindo 51,6 pontos, retornando ao terreno

expansionista, e o Índice de Confiança Empresarial da FGV, que recuperou nos últimos dois meses 61% das perdas de março e abril.

Outro conjunto de dados, afirma Yuki, confirma que as pessoas não estão saindo de casa apenas para comprar, mas também para produzir. O indicador Google Mobility Report dizia que, em fins de março, 48% das pessoas deixaram de se deslocar para o trabalho. Atualmente, esse percentual é de apenas 16%. Essa tendência é confirmada, segundo Yuki, pela recuperação dos níveis de carga de energia elétrica medida pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), depois de uma queda de 15% em relação ao mesmo período do ano passado, e pela movimentação de pedágio de caminhões nas rodovias. “Vários indicadores contam a mesma história”, afirma.

A LCA Consultores, que já tinha um cenário menos negativo, diz que os dados mais recentes reafirmam seu cenário base, de queda de 5,6%, mas pondera que os riscos impõem viés de baixa à projeção. Num relatório em que questiona qual a previsão mais realista, se a do consenso do mercado ou a do FMI, de queda de 9,1%, a consultoria A.C. Pastore & Associados, do ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore, diz que a trajetória da economia vai ser determinada pela dinâmica da pandemia e que, dada a “incompetência” do país no enfrentamento da crise, corre-se o risco de uma recessão maior por causa do baque sem precedentes no mercado de trabalho. “A força motriz da recuperação vinha sendo o consumo das famílias, mas o dano imposto pela atual recessão ao mercado de trabalho nos leva a uma recessão mais profunda e mais longa. Por isso mantivemos para 2020 a projeção de queda de 7,5% do PIB”.

Os erros na reação à pandemia - como a falta de coordenação no isolamento de Estados e municípios - resultaram na extensão das transferências de renda e no aumento do déficit primário, que terá seus reflexos negativos em 2021, ao elevar a incerteza quanto à sustentabilidade da dívida pública. É uma avaliação partilhada por José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, para quem o cenário é mais negativo para o PIB e para as contas públicas. A instituição prevê queda de 7,4% no PIB em 2020 e estabilidade em 2021. “O fiscal vai atrapalhar bastante porque é difícil enxergar um cenário em que a dívida não chegue perto de 100% do PIB”.

Investimento em água e esgoto deve ocorrer em três ondas, diz secretário

Aporte de recursos vai se intensificar após a aprovação do marco legal do saneamento, aposta governo

Por Daniel Rittner — De Brasília

02/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, acredita em três “ondas de investimentos” em saneamento básico após a aprovação do novo marco legal do setor. O texto final ainda precisa ser sancionado e, na sequência, deverá ter decretos presidenciais com a regulamentação de dispositivos da nova lei. Para isso, são mais 90 dias.

A primeira onda, segundo Mac Cord, deve ser percebida em Estados que estão privatizando suas estatais de saneamento ou fazendo grandes concessões na área de água e esgoto. Com diferentes modelos, é o caso do Rio de Janeiro (com a venda da Cedae) e a concessão estruturada pelo BNDES em Alagoas. Outras companhias estaduais de água e esgoto - como a paulista Sabesp e a mineira Copasa - estão bem posicionadas para ceder o controle à iniciativa privada e acelerar investimentos.

Para o secretário, a segunda onda virá em 2023 ou 2024. Isso porque, pelo marco recém-aprovado no Congresso Nacional, as companhias estaduais de água e esgoto ganham uma janela até março de 2022 para renovar seus contratos por 30 anos. No entanto, precisarão comprovar capacidade econômico-financeira para dar conta dos investimentos necessários. Mac Cord avalia que algumas estatais não devem passar nesse corte e se abriria, então, a perspectiva de novas licitações.

Finalmente, em 2027, haverá um pente-fino nos contratos para averiguar se as empresas estão no caminho de cumprir com a exigência de universalizar o fornecimento de água potável e o tratamento de esgoto até 2033.

Quem não estiver em conformidade deverá enfrentar processos de caducidade de suas concessões. Se e quando isso realmente ocorrer, surgiria mais uma brecha para licitar novas concessões de saneamento e substituir as companhias de mau desempenho no setor.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Título do Tesouro Direto cai até 15% com pandemia e programa tem recorde de investidores



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

O QE tupiniquim está limitado

Descuido na redação da PEC deixou de excluir operação do BC do teto de gastos

02/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Durante a atual situação de calamidade pública decretada pelo Congresso Nacional, em virtude da pandemia de covid-19, o Banco Central terá um poder muito grande de intervenção nos mercados. Por meio da emenda constitucional 106, promulgada em maio desse ano, o BC foi autorizado a comprar e a vender títulos de emissão do Tesouro, nos mercados secundários local e internacional, e os ativos, em mercados secundários nacionais no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos.

Na aquisição dos ativos, o BC dará preferência aos títulos emitidos por microempresas e por pequenas e médias empresas. A única condição é que os ativos tenham classificação em categoria de risco de crédito no mercado local equivalente a BB- ou superior, conferida por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação de risco e preço de referência publicada por entidade do mercado financeiro credenciada pelo BC.

Indefinições sobre como contabilizar trava programa

O objetivo de todo esse poder que os representantes do povo brasileiro deram ao BC foi para que ele evite uma depressão econômica no Brasil, adotando uma política

monetária flexível que, durante a monumental crise financeira de 2008/2009 ficou conhecida como QE - sigla para o termo em inglês “Quantitative Easing”.

Como, naquela crise, a taxa de juros nos países desenvolvidos já estava próxima a zero (negativa, em termos reais), o uso dos juros pelos Bancos Centrais para regular a atividade econômica já não tinha efeito. Alguns deles passaram, então, a comprar grande quantidade de títulos bancários no mercado financeiro e de capitais e de títulos dos seus próprios governos negociados no mercado secundário. Por meio desse mecanismo, os BCs injetaram uma quantidade imensa de moeda na economia, evitando, com isso, uma depressão mundial.

Com a EC 106, o Congresso Nacional deu poderes ao BC para que faça o mesmo, se isso for necessário, para evitar que a economia brasileira entre em depressão. O problema é que, da forma como está sendo operacionalizada, a política do QE tupiniquim ficou limitada.

Quando anunciou as regras e diretrizes do seu programa de compras, o BC informou que as aquisições de títulos privados teriam impacto no resultado fiscal primário. Cada compra elevaria o déficit deste ano e a venda reduziria o déficit. A tese apresentada pelo BC foi que a compra de ativo privado afeta a dívida líquida do setor público (DLSP) e, portanto, o resultado primário.

A dificuldade da tese do BC é que uma despesa primária precisa transitar pelo Orçamento da União, pois um gasto não pode ser executado sem que esteja autorizado pela lei orçamentária. Assim, o governo teria que enviar ao Congresso um pedido de crédito suplementar ao Orçamento para acomodar a despesa com a compra de títulos privados pelo BC, informaram fontes governamentais ao **Valor**.

A questão é que uma despesa primária está, necessariamente, submetida ao teto de gastos da União, a menos que tenha sido excluída do limite por determinação constitucional. Por um descuido de quem redigiu a chamada PEC do Orçamento de Guerra, que deu origem à EC 106, a despesa do BC com a aquisição de títulos privados não foi excluída do teto.

Para contornar esse problema, bastaria que o presidente Jair Bolsonaro editasse uma medida provisória abrindo um crédito extraordinário no Orçamento,

acomodando, assim, a despesa do BC. Pela EC 95/2016, que instituiu o teto, os créditos extraordinários estão excluídos do limite da despesa. Mas, na MP, o presidente teria que dizer o valor do crédito e informar como a despesa seria custeada.

Este é um problema sério, advertiu o consultor da Câmara dos Deputados Antônio D'Ávila Carvalho Júnior, em entrevista ao **Valor**. Ele disse que o Banco Central vai emitir moeda para comprar os títulos privados e observou que esse aumento do passivo (monetário) do BC “não é, conceitual e legalmente, uma receita orçamentária”. Para ele, inserir tal receita no Orçamento seria inconstitucional.

D'Ávila foi um dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) que investigaram as “pedaladas fiscais” realizadas no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Ele disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que apenas as despesas relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo e os investimentos do BC devem integrar a lei orçamentária anual.

O consultor afirmou também que o teto de gastos não pode limitar a atuação do Banco Central, quando se trata de emissão de moeda, não interessando se a operação possa ser ou não classificada pelas estatísticas fiscais como despesa primária. Ou seja, a emenda de teto de gastos não tem qualquer influência/limitação/restrrição no que tange à política monetária.

D'Ávila discorda da interpretação apresentada pelo Banco Central de que a compra de ativos privados altera a DLSP, ou seja, o resultado primário do setor público. Para ele, os títulos privados a serem adquiridos atendem aos critérios estabelecidos pelas estatísticas fiscais para serem registrados como um ativo na dívida líquida do setor público.

O consultor observou ainda que o BC saberá os valores de mercado dos papéis no momento em que for adquiri-los. “Uma debênture no valor de R\$ 1.000 e que seja avaliada como BB- será adquirida, por exemplo, por R\$ 200. Essa deverá ser a quantia a ser entregue pelo BC ao detentor do título e esse será o valor do ativo a ser registrado nas estatísticas fiscais”, explicou. Por isso, para ele, não haverá variação na DLSP, ou seja, no resultado primário.

D'Ávila considera que a operação de compra de títulos privados pelo BC é de natureza monetária, deve ficar fora do Orçamento, por mandamento constitucional e não se submete ao teto de gastos, ainda que possa ser classificada pelo BC, em suas estatísticas fiscais, como uma despesa primária.

Enquanto essa questão de contabilidade pública não for solucionada, o BC não poderá comprar títulos privados e o QE tupiniquim estará limitado. Só poderá comprar títulos do Tesouro negociados no mercado secundário.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

Projeto institui moratória para débitos tributários do Simples

Os tributos a que se refere o projeto são os que forem acumulados no período de 1º de abril a 30 de setembro

Por **Claudia Safatle** — De Brasília

02/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Melles: “sem moratória, vamos perder 20% de empresas micro e pequenas” — Foto: Nilani Goettens/Valor

O deputado André de Paula (PSD-PE) deu entrada ontem no projeto 3.566, que institui moratória para os débitos tributários relativos ao Simples Nacional. O pagamento dos tributos federais compreendidos no Simples, assim com do ICMS estadual e do ISS municipal, poderá ser feito de forma parcelada à razão de 0,3% da receita bruta do mês imediatamente anterior, sem a incidência de encargos.

Os tributos a que se refere o projeto são os que forem acumulados no período de 1º de abril a 30 de setembro, prazo que coincide com o do diferimento do Simples por conta da pandemia de covid-19.

Em relação ao microempreendedor individual (MEI), o imposto poderá ser pago, sem a incidência de quaisquer encargos, em até 60 parcelas mensais e iguais, desde que com valor mínimo de R\$ 10.

O projeto conta com o apoio do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que, segundo o seu presidente, Carlos Melles, está convencido de que a recuperação da atividade econômica passa pela retomada do funcionamento das pequenas e micro empresas responsáveis, hoje, pelo consumo de cerca de 76% do que o país produz. “Achamos que sem o socorro de uma moratória, vamos perder 20% de empresas micro e pequenas”, argumenta Melles, com os efeitos perversos sobre o emprego e a renda. Para ele, o que ainda está dando um fôlego para esse universo de empresas, atualmente, é o auxílio emergencial de R\$ 600.

O projeto foi concebido por especialistas em tributos e teve a ajuda de Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal e consultor. E tem, no governo federal, alguns simpatizantes. Na justificativa que acompanha o PL, diz-se que esse é um programa “urgente, de extrema necessidade e total procedência por conta da profunda repercussão e efeitos negativos que a pandemia de covid-19 está

provocando em todas as atividades econômicas do país”. Empresas e cidadãos enfrentam severas restrições de capital de giro para honrar seus compromissos junto aos bancos, fornecedores, empregados e com o Fisco. “Salvar o setor produtivo, neste momento, é um passo fundamental para a retomada da normalidade assim que possível”, prossegue o texto, acrescentando que “agora, é o momento de dar oxigênio aos agentes econômicos (empresas e pessoas físicas) para que haja a retomada da produção nacional de forma vigorosa e consistente”.

“Na economia em geral, o impacto da pandemia de covid-19 é devastador. Registre-se, por relevante e oportuno, que a economia brasileira ainda estava em processo de recuperação da crise de 2014 quando se abateu a pandemia”, salienta o texto, que conclui: “Dados divulgados já indicam a revisão de 12,6% para 18% da estimativa para a taxa média de desemprego neste ano, devido ao impacto negativo da pandemia da covid-19 na economia brasileira”.

Quando o Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogou o prazo para o pagamento dos impostos federais, o fez por até 180 dias. Os Estados e municípios, no entanto, prorrogaram por somente 90 dias o pagamento do ICMS e do ISS, de forma que dia 20 de julho seria cobrada a parcela relativa à abril. Os primeiros movimentos dos secretários de Fazenda estaduais indicavam que não havia a intenção de adiar mais o pagamento do imposto. Mas o PL da moratória abarca tanto os débitos junto a União quanto dos Estados e municípios relativos ao Simples.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Simples receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO